

Comunicação e Saúde desde 1982 • www.ensp.fiocruz.br/radis

Nº 129 – JUN 2013

RADIS

ENCLA NACIONAL DE MUSEU PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

FIOCRUZ

Maria Grinauria da Silva, 87 anos, vive sobre palafitas na comunidade do Coque, no Recife (PE): casa derrubada e R\$ 4 mil de indenização

DESENVOLVIMENTO URBANO

Onde ficam as pessoas?

Mobilização virtual, ação real

Coletivo Direitos Urbanos Recife usa a internet para articular soluções contra modelo de ocupação segregador da cidade

SAIBA MAIS:

#OcupeEstelita+1:

- A Cidade é Nossa. Ocupe-a. www.youtube.com/watch?v=3YeuVtLL7Q&feature=youtu.be

Desconstrução civil:

- vídeo sobre a audiência pública relativa ao Projeto Novo Recife <http://vimeo.com/39050957>

Vurto:

- 15 curtas-metragens narram a resistência da cidade à especulação imobiliária, segregação social e ditadura do automóvel www.vurto.com.br/

Cartazes virtuais contra o projeto Cais Estelita: a internet como plataforma de mobilização para o movimento do mundo real

Liseane Morosini

Livremente inspirado no movimento *Occupy Wall Street* — que em 2011 se espalhou pelo mundo em protesto contra a desigualdade econômica e soberania financeira do mercado de capitais — Recife vê crescer desde 2012 o #OcupeEstelita, braço do coletivo Direitos Urbanos/Recife (DU), resultante da inquietação e articulação de pessoas preocupadas com o destino da cidade e que aposta na internet (<http://direitosurbanos.wordpress.com>) como meio para promover o diálogo e a mobilização na busca de boas soluções.

Entre tantas lutas em defesa da cidade, o movimento mobiliza-se contra o projeto Novo Recife, que prevê a construção de um complexo habitacional, empresarial e hoteleiro com 12 edifícios, de até 40 pavimentos, em um terreno de 10,1 hectares, no Cais José Estelita, à beira do Rio Capibaribe, na capital pernambucana. O terreno foi comprado em leilão em 2008 por um consórcio de empresas e, segundo o DU, o modelo de ocupação proposto é “segregador, de condomínios fechados e conduzido pelos planos de curto prazo da iniciativa privada”.

O filósofo Leonardo Cisneiros, um dos integrantes do DU, explica que uma característica importante do coletivo é levar as discussões virtuais a se desdobrarem em ações no mundo real. A internet funciona como plataforma de mobilização, que viabiliza e consolida o movimento no mundo real. Fora do ambiente online, o DU participa de audiências públicas, organiza protestos, dialoga com entidades

e também com o poder público, sempre que possível, e tem atuação no campo jurídico. Suas manifestações de rua, como o #OcupeEstelita, em abril de 2012, e o #OcupeEstelita+1, em abril de 2013, são festivas e culturais. Com ações descentralizadas e difusas, os participantes atuam de forma colaborativa: criam cartazes, peças, textos, vídeos e maquetes.

Em audiência pública ocorrida em março de 2012, houve forte reação do coletivo ao projeto do Cais Estelita — suficiente para mobilizar a sociedade civil que passou a dialogar pelos ambientes virtuais. A partir dessa mobilização, o DU passou a debater a visão integrada da cidade, envolvendo problemas que diziam respeito também às comunidades e movimentos populares.

Nessas várias frentes, Leonardo cita que o grupo “tenta criar uma esfera de debate público cada vez mais amplo e inclusivo”. Uma dessas ações, aponta, é a “roda de diálogo”, na qual comunidades e movimentos pontuam questões. “Só vejo possibilidade de romper as várias barreiras que existem entre esses movimentos tradicionais se colocarmos a questão da cidade como um todo”, diz. Para ele, as discussões virtuais fizeram com que os participantes mudassem sua percepção da cidade e dos problemas políticos enfrentados. Leonardo reconhece que vários participantes do DU entraram no coletivo movidos por problemas pontuais e imediatos. Depois, despertaram para o fato de que estes estão inseridos em contexto maior. “Esse movimento de reflexão e mudança de atitude é um dos grandes méritos do DU”, considera. Como força de sua expressão, a Prefeitura do Recife chamou dois movimentos envolvidos com a questão urbana que não estavam institucionalizados para

participar da 5ª Conferência Municipal das Cidades, ocorrida em maio. Um deles foi o DU, com direito a voz e voto.

Além do blog, que hospeda textos como abaixo-assinados e manifestos, o grupo tem um perfil no facebook (www.facebook.com/groups/233491833415070/), que centraliza o debate e reúne 9,3 mil internautas. Na luta contra grandes empresas do segmento imobiliário, por enquanto, o DU pede pela

ocupação mais adequada para o Cais José Estelita e aposta na inteligência coletiva para construir soluções usando o potencial da internet. Enquanto isso, abre novas frentes relacionadas a outros projetos que avançam sobre áreas de proteção ambiental e que apontam para uma transformação da cidade que ameaçam pouco contemplar o bem comum.



Resistência ao bota-abaixo

Modernização não é desenvolvimento urbano. Especialmente quando segrega uns e exclui outros. Segundo o epidemiologista Paulo Sabroza, desenvolvimento é um processo que acontece de dentro para fora, de baixo para cima na sociedade, e pode ser integrador, quando as populações são incorporadas nos projetos urbanos. Isso não é o que acontece com a maior parte dos projetos imobiliários, industriais e viários nas cidades brasileiras, em que interesses externos às comunidades alteram o processo de ocupação e uso do solo, expulsando as populações mais vulneráveis.

A pretexto de revitalizar áreas degradadas ou preparar as cidades para grandes eventos, governos e grupos privados instauram um novo tipo de degradação, atropelando as histórias e dinâmicas familiares e comunitárias, o comércio local, as instituições sociais, os fluxos e modos de existência. Pior, sem resolver as grandes questões de habitação, transporte de massa, acesso a serviços públicos e sustentabilidade, transformam em fábria a possibilidade de vida digna nos centros urbanos.

Em alguns territórios ocorre um processo (gentrificação) em que a população residente é expulsa e o sítio arquitetônico permanece como cenário para a ocupação por negócios ou moradias sem identidade local. Em outros, removem-se pessoas e edificações indesejadas (higienização), para abrir caminho aos novos empreendimentos. O bota-abaixo obedece ao capital.

Além de terem seus direitos elementares subtraídos, as populações experimentam tensões, incertezas, fragmentação social e o peso da desigualdade que impactam severamente a qualidade

de vida e a saúde. “Desterritorialização e anomia são fontes de sofrimento agudo e se manifestam por meio de vários tipos de doenças”, explica Sabroza. Tristeza, isolamento social e quadros de depressão são alguns dos observados pela pesquisadora Edinéia Alcântara.

Casos emblemáticos em Recife, Salvador e Rio de Janeiro foram registrados pela repórter Liseane Morosini, pelo fotógrafo Felipe Plauska e pela futura jornalista Anna Carolina Düppre em nossa matéria de capa, que problematiza no espaço urbano as consequências do atual modelo de desenvolvimento.

Altair Antunes tinha 14 anos quando foi removido pela especulação imobiliária da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Mais tarde, a casa de sua família na Cidade de Deus cedeu lugar às obras de uma via expressa. Hoje, com 58 anos, há 17 morando na Vila Autódromo, reage a nova expulsão, para a realização de obras supostamente necessárias às Olimpíadas de 2016. Como ele, Rildo, Edileuza, Wilson e Edson, no Recife, Marilene, Eliete, Evangelita e Eivaldo, em Salvador, e muitos outros resistem organizados em movimentos sociais e articulações locais e regionais, estabelecendo um conflito “essencial para a construção da democracia”, no entender do pesquisador Marcelo Firpo.

O que essa gente quer é muito simples – e inalienável, do ponto de vista da saúde: assegurar que a voz da população seja ouvida e que as pessoas possam interferir na definição do próprio destino.

Rogério Lannes Rocha

Coordenador do Programa Radis

CARTUM



Expressões e Experiências

- Mobilização virtual, ação real 2

Editorial

- Resistência ao bota-abaixo 3

Cartum

- 3

Voz do leitor

- 4



Súmula

- 5

Radis Adverte

- 7

Toques da Redação

- 7

Desenvolvimento urbano e saúde

- A população em segundo plano 8
- Coque: desvalorizar para expulsar 10
- Na Ilha de Deus, a voz dos moradores 11
- Brasília Teimosa: resistência de origem 12
- Itapagipe: da beleza à degradação 13
- Águas contaminadas, na Ilha de Maré 14
- Prática do candomblé ameaçada 15
- Entrevista — Marcelo Firpo: ‘O conflito é essencial para a construção da democracia’ 14
- Luta contra a remoção na Vila Autódromo 17

Entrevista — Paulo Gadelha

- ‘A aprovação da PL 7663 sobre a questão das drogras, seria uma aberração’ 19

Serviço

- 22



Pós-Tudo

- Enxugando gelo na Saúde 23

Foto da capa: Felipe Plauska
Ilustrações: Marina Cotrim (M.C.)

RADIS . Jornalismo premiado
pela Opas e pela Asfoc-SN





'Susista'

Sou assinante da revista *Radis* há mais de cinco anos. Gosto muito das matérias publicadas e os assuntos que vêm à tona nessa grande revista. Sou técnico em Enfermagem e trabalho na saúde há mais de quinze anos. A revista tem aberto muito minha visão sobre o SUS e a Saúde no nosso país. Sou um *susista* e defendo o sistema sempre. Penso que todos os trabalhadores do SUS, as escolas de Enfermagem, faculdades, universidades e principalmente a mídia deveriam VALORIZAR mais o SUS e mostrar o que tem dado certo, ao invés de querer fazer a sociedade desacreditar cada vez mais dos serviços oferecidos UNIVERSALMENTE.

- Altair Vicente Alves, técnico de Enfermagem, Mococa, SP

R: Caro Altair, a propósito de sua mensagem, sugerimos, entre muitas outras, a leitura das edições 25, 104 e 127 da *Radis*. Um abraço!

Saúde nos municípios

A *Radis* errou na edição de março 2013 (126) ao afirmar na reportagem *Desafios para a Saúde nas capitais* que, em janeiro, tomaram posse 750 aprovados no concurso público de Salvador. Apesar de o concurso ter sido realizado em 2010 e homologado em 2011, dos 3.444 aprovados, só 780 foram nomeados, tendo ocorrido apenas 23 nomeações em janeiro, e não 750! Sugiro reportagem que trate do boicote que as prefeituras vêm realizando aos concursos públicos na área da Saúde, com remunerações muito reduzidas e morosidade nas nomeações, visando à terceirização do setor e à manutenção de vínculos trabalhistas precários.

- Bianca Gonzaga Trindade, Salvador, BA

R: Prezada Bianca, agradecemos por sua mensagem e pela retificação dos números divulgados. Registramos que as informações publicadas na reportagem a que você se refere tiveram como fonte

os gestores dos municípios retratados, não representando afirmação da *Radis*. Agradecemos também por sua sugestão de pauta, que buscaremos produzir em breve. Um abraço!

Mudança de endereço

Sou assinante da *Radis* há muito tempo e aproveito para parabenizar os profissionais envolvidos com esse projeto maravilhoso. Desejo saber como atualizar meus dados, pois mudei de endereço e de sobrenome. Obrigada!

- Verônica Araújo Rodrigues, Salvador, BA

R: Cara Verônica, você deve entrar no site do Programa *Radis* (www.ensp.fiocruz.br/radis) e clicar na seção *Assine a Radis*, no alto da página. Em seguida, preencha o seu código de assinante (que está na etiqueta) e senha nos espaços indicados e faça a alteração desejada. Um abraço!

'Radis' pelo site

Gostaria de agradecer pelo envio da revista *Radis*, por tantos anos, e parabeno pelo excelente trabalho dessa preciosa fonte de informação. Entretanto, com a facilidade que a internet nos proporciona, proponho que os exemplares da revista que me seriam destinados passem a contemplar outro profissional que não tenha acesso à internet ou que, por motivos de estudo ou pesquisa, possa ser beneficiado pela cópia em papel. Votos de que esse enriquecimento do saber de tantos e cada vez mais leitores se mantenha vigoroso com vosso empenho. Parabéns, para todos!

- Maria de Lourdes Junca, Curitiba, PR

Considero-me uma felizarda por receber *Radis* há mais de 20 anos — eu ainda estava na faculdade. Agora, com a possibilidade de tê-la pela internet, devo abrir mão das edições impressas em prol daqueles que não dispõem de tal recurso. Aproveito para parabenizar toda a equipe envolvida no processo de criação deste material tão rico para nós,

profissionais de saúde pública. Um abraço!

- Vera Bastos, Rio de Janeiro, RJ

R: Prezadas Maria de Lourdes e Vera, agradecemos pelas palavras e pela iniciativa que, certamente, beneficiará um novo assinante. Um abraço para vocês!

'Radis' também agradece

Feliz! Por voltar a receber os exemplares da *Radis*! Esta revista é um importante instrumento teórico e político-pedagógico na formação de profissionais das diversas áreas, para atuarem na Saúde, especificamente, mas, também, nas demais políticas sociais. Em nome desses profissionais, com destaque para os assistentes sociais, parabeno a existência e a qualidade da revista. Abraços.

- Sheyla Suely, assistente social, UEPB, Campina Grande, PB

Quero agradecer por ter recebido minha primeira revista *Radis*. Estou muito feliz, pois vai me ajudar bastante na minha trajetória de estudo. Que vocês continuem mandando para mim! Desde já agradeço! Beijos e que Deus abençoe todos vocês.

Anna Claudia Souza Amorim, Itororó, BA

Piso salarial da Enfermagem

Gostaria de sugerir uma matéria sobre o PL 4924 [que dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro, do técnico e do auxiliar de Enfermagem e da parteira] e as dificuldades da Enfermagem no Nordeste.

- Marcos Ângelo, Ibotirama, BA

R: Caro Marcos, sua sugestão foi anotada. Um abraço!

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa **Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Coordenação do *Radis* **Rogério Lannes Rocha**
Subcoordenação **Justa Helena Franco**
Edição **Eliane Bardanachvili**

Reportagem **Adriano De Lavor** (subedição),
Bruno Dominguez, Elisa Batalha e Liseane Morosini
Arte **Carolina Niemeyer** (subedição) e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira, Laís Tavares e Sandra Benigno**

Administração **Fábio Lucas, Natalia Calzavara e Osvaldo José Filho** (Informática)

Estágio supervisionado **Anna Carolina Düppre** (Reportagem), **Marina Cotrim** (Arte) e **Maycon Soares Pereira** (Administração)

Periodicidade **mensal** | Tiragem **80.000** exemplares
| Impressão **Minister**

Assinatura **grátis** (sujeita a ampliação de cadastro)
Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118 | (21) 3882-9119
• E-mail radis@ensp.fiocruz.br
• Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
• www.fiocruz.br/ouvidoria

 www.ensp.fiocruz.br/radis

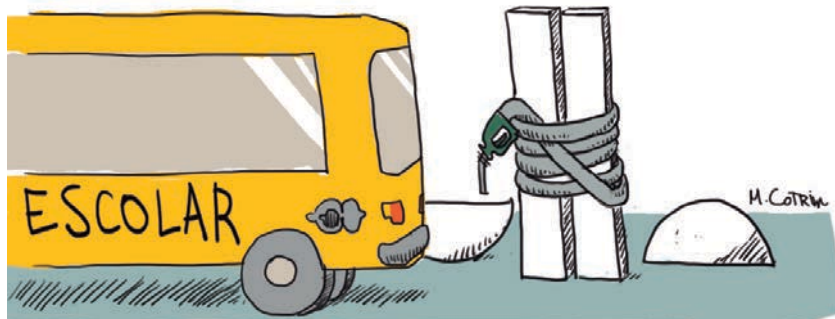
 [/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/ Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.





Difícil vinculação dos recursos do petróleo à Educação



A destinação dos *royalties* do petróleo para o financiamento da Educação sofreu um revés: foi suspensa a tramitação no Congresso Nacional da Medida Provisória (MP) 592/2012, que havia sido publicada em dezembro do ano passado e tratava dessa vinculação, informou a Agência Brasil (23/4). Deputados e senadores alegaram ser necessário aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da lei que redistribui os *royalties* entre todos os estados e municípios. Com a decisão dos parlamentares, a MP, que tinha prazo até 12 de maio para ser votada, caducou. A vinculação das receitas havia sido aprovada pela Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010 (*Radis* 94) e assumida pelo Governo Federal.

Em uma segunda tentativa de levar à frente a proposta, a presidenta Dilma Rousseff enviou (2/5) ao Congresso projeto de lei que trata da destinação dos *royalties* do petróleo para a Educação e pediu votação em regime de urgência, isto é, em 45 dias na Câmara dos

Deputados e mais 45, no Senado — após esse período, o projeto passa a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando e nenhuma outra proposta pode ser votada, informou o portal G1 (2/5). Os recursos do petróleo serão um acréscimo ao percentual mínimo obrigatório que estados e municípios (18%) e União (25%) devem aplicar na Educação.

De acordo com a mensagem que acompanha o texto do projeto de lei, assinada pelos ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e das Minas e Energia, Edison Lobão, a proposta visa “cumprir as metas, presentes e futuras, estipuladas na área educacional”, entre elas, a expansão da pré-escola e da escola em tempo integral, a valorização do professor e o cumprimento do Plano Nacional de Educação para o período 2011-2020, ainda em tramitação no Senado. “A proposta é investir as receitas provenientes dos *royalties* e das participações especiais sobre a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no incremento da educação”, informa a mensagem.

Novo rótulo para repelentes infantis

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou (7/4) medida que proíbe imagens de apelo e desenhos nos rótulos de repelentes destinados ao público infantil.

Com a regra, a Anvisa pretende evitar casos de intoxicação e uso indevido pelas crianças, já que as embalagens trazem frequentemente ilustrações de animais, personagens, bebês e bichos de pelúcia. Embora não haja levantamento sobre ocorrências de intoxicação, agora somente será permitido aos fabricantes diferenciar o produto que se destina a crianças através de cores e frases, informou a *Folha de S. Paulo* (8/4).

A regra será aplicada tanto para repelentes que apresentam em sua formulação a dietiltoluamida (Deet) — substância

que pode causar irritação na pele e é tóxica se ingerida —, quanto para produtos que tenham princípios ativos naturais. O veto nas embalagens foi criticado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), que argumentou que desenhos com apelo ao universo infantil facilitam a identificação dos produtos pelos pais. A justificativa não foi aceita pela Anvisa, que aprovou também a inclusão no rótulo de uma advertência a grávidas e lactentes para que consultem um médico antes de usar o produto e de um número de telefone para queixas sobre intoxicação.

Repelentes que já estão no mercado terão um ano e meio para se adequarem às medidas. Novos produtos já devem entrar no mercado seguindo a resolução aprovada.

Consumo de álcool aumenta

Dados do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), realizado em 2012, mostraram que, em seis anos, aumentou em 20% o número de pessoas que ingerem bebidas alcoólicas de forma frequente (uma ou mais vezes por semana). Entre a população feminina, isoladamente, o aumento foi de 34,5%. Em contrapartida, o índice dos brasileiros que não consomem álcool ficou em 52%, mantendo-se praticamente estável em relação à primeira edição do levantamento, de 2006, que registrou taxa de 48% de abstêmios, informou a Agência Fapesp (11/4).

O estudo, realizado pelo Instituto Nacional de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas (Inpad), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), constatou que os consumidores que têm padrão de consumo considerado nocivo — quatro unidades de álcool para mulheres e cinco para homens em uma mesma ocasião — aumentaram em 14% desde 2006, sustentando o índice de 59%. A população feminina sofreu mudança ainda maior, passando de 36% para 49% o percentual de mulheres com comportamento alcoólico nocivo.

O aumento no consumo feminino trará consequências para a Saúde Pública, observou o organizador da pesquisa, Ronaldo Laranjeira, coordenador do Inpad e da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Unifesp. Segundo ele, há evidências de que ingerir duas ou mais doses de álcool diariamente aumenta em 20% o risco de desenvolver câncer de mama nas mulheres.

O médico sinalizou, ainda, que 20% dos adultos, a maioria homens e com menos de 30 anos, são responsáveis por consumir 56% de todo o álcool vendido no Brasil. Além disso, dois em cada dez bebedores encaixam-se em classificações de abuso ou dependência, o que representa 11,7 milhões de brasileiros.

O médico considera que o maior poder aquisitivo do brasileiro e a falta de regulamentação e fiscalização do mercado contribuem para o alto nível de ingestão de álcool. Diminuição dos pontos de venda, proibição de publicidade de bebidas alcoólicas, legislação mais dura com relação à venda para menores e regulação dos horários dos bares seriam medidas que ajudariam a reverter o quadro.



Povos da floresta ocupam Belo Monte



Aquecimento global inevitável



FOTOS: XINGU VIVO PARA SEMPRE

A concentração na atmosfera da Terra de um dos gases que provocam o efeito estufa, o dióxido de carbono (CO₂), está em vias de atingir a marca de 400 partes por milhão (ppm). Esse índice pode tornar inevitável um aumento de 2 graus na temperatura média terrestre, o que traria graves consequências para a vida no planeta, informou *O Globo* (2/5). De acordo com especialistas, concentração semelhante do gás se deu pela última vez entre 3,2 milhões e 5 milhões de anos atrás, quando o planeta era 2 a 3 graus mais quente e o nível do mar, 25 metros mais alto.

A constatação se deu em uma estação de monitoramento no Havaí, que funciona desde 1958 e gera dados climáticos considerados como padrão para pesquisadores do mundo todo. Em 2012, esse recorde fora atingido em outras estações de monitoramento, na região do Ártico, como informou (1/6/12) o Instituto Carbono Brasil. As 400 ppm já foram registradas também no Alasca, Groenlândia, Noruega, Islândia e Mongólia, e calcula-se que a média mundial esteja em 395 ppm. Em 2011, a Agência Internacional de Energia, organização autônoma que reúne 28 países (o Brasil não faz parte), anunciou que as emissões de carbono haviam chegado a 31,6 bilhões de toneladas, quebrando um recorde, de acordo com a revista *Época* (24/5/12).

Modelos climáticos debatidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) convencionaram o índice como limítrofe para o aquecimento global. O órgão norteia discussões diplomáticas sobre o corte de emissões de poluente — resultantes, principalmente, da queima de combustíveis fósseis (gasolina e diesel), de cobertura vegetal e de lixo.

O geofísico Ralph Keeling, filho do pioneiro em estudos de gases-estufa e responsável por criar a estação de pesquisa no Havaí, Charles David Keeling, afirmou que, com o ritmo de emissões poluentes e o fracasso na sua redução, em duas décadas, teremos registrado 450 ppm de CO₂ na atmosfera, e, em 40 anos, 500 ppm. “Embora não saibamos se os 400 ppm são de fato o limite para um aquecimento inevitável, é um número para chamar a atenção de todos, para pararmos e pensarmos sobre o que estamos fazendo com o planeta”, disse Ralph Keeling.

Carta da ocupação

“Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo.

Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiam nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra.

Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.”

Vitória do Xingu (PA), 02/2013.

Cerca de 200 indígenas afetados pela construção de hidrelétricas ocuparam (2/5), o canteiro de obras de Belo Monte, em Vitória do Xingu (PA). Vindos das tribos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã e Arara, eles reivindicam, ao lado de pescadores e ribeirinhos, a regulamentação da consulta prévia e a suspensão imediata de todas as obras e estudos relacionados às barragens nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, informou o site da organização Xingu Vivo para Sempre (2/5). “Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. O rio é nosso supermercado”, diz a carta redigida pelos manifestantes (leia a íntegra ao lado). “O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações”, reivindicam no texto.

Relatos da ocupação pela mídia comercial enfatizaram o ato como “invasão” — *Índios invadem canteiro de obras de Belo Monte, no Pará*, noticiaram, entre outros, o portal de notícias G1 e o jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com o G1 (1/5), “os indígenas chegaram em quatro ônibus, armados com flechas bordunas, uma arma indígena semelhante a uma clava”.

Apesar da carta apresentada pelos indígenas, a Norte Energia, responsável pelo empreendimento em Belo Monte, disse que não havia sido anunciada a pauta de reivindicação dos ocupantes, informou o G1.

De acordo com o site Xingu Vivo para Sempre, mobilizações contra empreendimentos hidrelétricos se tornaram comuns na Amazônia. Em 21/3, cerca de cem indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores afetados pela obra ocuparam o canteiro Pimental. Em 5/4, 5 mil trabalhadores desse canteiro de obras paralisaram as atividades por conta das condições de trabalho e da demissão de 80 funcionários, no final de 2012.



Médicos cubanos no Brasil




O governo brasileiro anunciou (6/5) acordo com Cuba para a contratação de 6 mil médicos cubanos que atuarão em regiões onde há falta de profissionais de saúde, principalmente no interior. O acordo entre os países foi anunciado pelos ministros das Relações Exteriores Antonio Patriota, do Brasil, e Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla, de Cuba, informou a Agência Brasil (6/5). A iniciativa teve apoio também da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). De acordo com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a medida poderá se estender a médicos portugueses e espanhóis, informou a revista *Carta Capital* (8/5).

Dados divulgados pelo Conselho Federal de Medicina (*Radis* 127) mostram que 70% dos médicos concentram-se no Sul e Sudeste do país. No Distrito Federal, região com maior concentração dos profissionais, existem quatro médicos para cada mil habitantes. Rio de Janeiro tem 3,57 médicos por mil habitantes, São Paulo, 2,58 e Rio Grande do Sul, 2,31. A Região Sudeste possui 2,67 médicos com registro ativo no CFM por mil habitantes, enquanto no Norte o índice cai para 1,01.

A forma de validar os diplomas dos médicos estrangeiros ainda está em estudos pelo governo brasileiro. A validação automática estaria descartada. Em 2012, dos 182 médicos cubanos que realizaram o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, obrigatório para que os formados no exterior, apenas 20 foram aprovados. A questão do diploma é um dos argumentos fornecidos pelo CFM para condenar a medida do governo brasileiro.

O Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes) considerou a posição do CFM corporativista e contrária ao êxito do sistema de saúde cubano, considerado pela Organização Mundial da Saúde o melhor do mundo.

Responsável pelo estudo do CFM sobre a distribuição de médicos, o pesquisador Mário Scheffer observa que o problema do Brasil não é a formação de médicos, mas a má distribuição dos profissionais. A solução, diz, está na construção de planos de carreira federais e estaduais para profissionais de saúde do SUS. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

Fora do seu quadrado

Causou estranheza a entrevista que a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, deu ao jornal *O Globo* (4/5) sobre drogas, internação e comunidades terapêuticas, temas setoriais, de outras pastas. Sabendo-se que a ministra é provável candidata ao governo do Paraná em 2014, é pertinente pensar que, ao opinar publicamente sobre saúde, justiça e direitos, Gleisi Hoffman deve ter agradado uma parte do eleitorado, conservador, daquele estado, e dado sinal verde para a aprovação (22/5) na Câmara dos Deputados do igualmente conservador PL 7663, que altera a Lei de Drogas. Na entrevista, ela defende a “internação involuntária” de dependentes químicos, apoia as comunidades terapêuticas de cunho religioso e põe-se contra a descriminalização do uso de drogas.

Seus pontos de vista abrem caminho

para procedimentos retrógrados, criticados por pesquisadores da área e também por técnicos do Ministério da Saúde.

Em artigo na *Radis* (123), *A epidemia involuntária e suas conseqüências*, no qual aponta como equivocado o conceito de *epidemia de crack*, o professor da Universidade Federal do Ceará Luís Fernando Tófoli ressalta que casos que exigem internação involuntária devem ser vistos como exceção e não regra, e aponta que a ideia de epidemia estaria assentada sobre distorções da realidade, com grande aceitabilidade pública. Interpretar o uso da droga como doença transmissível, analisa Tófoli, leva a medidas radicais de isolamento epidêmico, justificando-se o uso da força como medida emergencial. Assim, as afirmações da ministra convidam a deixar acesas as luzes vermelhas de alerta.

Mais raposa no galinheiro

Pelo teor do artigo *Reformas na Saúde*, que publicou em *O Globo* (25/4), o diretor da ANS, Leandro Fonseca, é mais ameaça do que garantia de acesso à saúde. À frente de uma agência reguladora, que tem papel de fiscalizar os planos de saúde e defender o interesse público, o diretor utilizou o espaço do jornal para tratar

dos interesses do mercado, incentivando a construção de um sistema privado de saúde “mais robusto”. Como argumento, a possibilidade de mais investimentos e mais eficiência na utilização de recursos. Não pareceu estar cumprindo seu dever de zelar pelo bem estar das pessoas, em detrimento do bem estar das empresas.

Ainda está em tempo

A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro aprovou (14/5) o projeto de lei que cria a Empresa Pública de Saúde (Rio Saúde), autorizada a administrar hospitais, clínicas e postos de saúde da rede municipal, levando, assim, para o âmbito privado as funções da Secretaria Municipal de Saúde. A votação foi precedida por manifestações de protesto nas escadarias da Câmara (foto) e transcorreu em clima tenso, com galerias lotadas de manifestantes posicionando-se contra a proposta. O vereador Paulo Pinheiro (PSOL) anunciou que o partido entrará

com ação de inconstitucionalidade e representação no Ministério Público. A mobilização é bem-vinda.



FOTO: FRENTE NAC. CONTRA A PRIVAT. NA SAÚDE

RADIS ADVERTE

A SOCIEDADE É RESPONSÁVEL PELOS SEUS CIDADÃOS ATÉ OS 18 ANOS.



PROPOR A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É QUERER SE LIVRAR DO DEVER DE FORMÁ-LOS E PROTEGÊ-LOS.

A população em

Processo de expulsão dos moradores de seus territórios em favor de intervenções urbanas desfaz redes de relações e requer comunidades fortes e organizadas para resgatar seus direitos

Liseane Morosini *
Fotos: Felipe Plauska

Dona Maria Grinauria (abaixo) e o cotidiano das populações ameaçadas pelo desenvolvimento predador das cidades

Dona Maria Grinauria da Silva tem 87 anos e há mais de 40 mora na comunidade do Coque, a 2,5 quilômetros do centro do Recife (PE) e a 3,5 quilômetros do bairro turístico de Boa Viagem, um dos de maior renda da capital pernambucana. Em abril, a casa de dona Maria foi derrubada para dar passagem a uma rua que vai cortar a comunidade. Os R\$ 4 mil recebidos de indenização “deram para nada”, como contou à reportagem da *Radis*, no dia em que fazia aniversário. Não havia bolo ou festa. O destino seguinte de dona Maria foi a palafita, na beira do mangue. “Quando chove, entra água em tudo que é lugar. O que eu quero mesmo é ir para um conjunto habitacional”, espera. E completa: “Minha filha, veja se isso é vida”.

O processo de expulsão de pessoas como dona Maria de seus territórios, sem que lhes seja assegurado interferir na definição do próprio destino, resulta de um modelo no qual o interesse econômico vem se sobrepondo

ao do bem comum para pautar a vida nas cidades. Os exemplos são muitos e em vários pontos do país. *Radis* recolheu alguns, em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, onde encontrou pessoas e comunidades impactadas pela especulação imobiliária, a industrialização desordenada e a realização de grandes eventos, entre outras iniciativas levadas à frente à custa da saúde e, muitas vezes, da vida de quem estiver no caminho. “Problemas ambientais são maiores em regiões com maior desigualdade social e se expressam de forma mais aguda quando há déficit de democracia dessa sociedade e do nível de organização das populações mais vulneráveis”, analisa o pesquisador Marcelo Firpo Porto, do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) da Ensp/Fiocruz (ver entrevista na pág.16). “As vozes dessas populações são tidas como de pouco conhecimento técnico para dizer que os problemas ambientais ou de saúde são relevantes”, aponta.

MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE

O desenvolvimento urbano, no entanto, pode ser integrador e não excludente, como explica o pesquisador Paulo Sabroza, do Departamento de Endemias Samuel Pessoa da Ensp/Fiocruz. “A inclusão das populações nos projetos urbanos é resultado de um desenvolvimento orgânico, que acontece de dentro para fora”, afirma. Segundo ele, a ausência nesse processo de uma gestão pública competente e responsável exclui parte



segundo plano

da população e leva a tensão, fragmentação, desigualdade, conflitos sociais violentos e mal estar. A maior parte dos projetos urbanos no Brasil, observa Sabroza, são voltados à modernização. "Desenvolvimento é o que vem de baixo para cima em função das forças da sociedade e sem vetores externos", diz Paulo, coordenador técnico do Plano de Monitoramento Epidemiológico da Área de Influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí (RJ). Segundo o pesquisador, o vetor externo pode ser um agente político ou econômico, de determinado segmento ou classe social, ou um projeto imobiliário ou industrial, que pode alterar o modelo de uso do solo.

Sabroza explica que a Copa do Mundo de 2014, por exemplo, foi um disparador externo, o argumento que consolidou determinado projeto imobiliário, especialmente, no Rio de Janeiro.

SEM DEBATE PRÉVIO

O pintor de paredes Rosinaldo Luis de Mendonça, desempregado, vindo há 28 anos da Paraíba para a capital fluminense, conhece as dimensões e nuances desse processo. No último Natal, foi avisado de que sua casa seria demolida. No rolo compressor das obras de mobilidade da Copa do Mundo, outras 66 casas e pequenos negócios da comunidade do Tanque, em Jacarepaguá, zona oeste da cidade, onde vive, viriam abaixo. A primeira demolição se deu em fevereiro. Rosinaldo teve apenas oito dias para deixar sua casa. "Foi desumano", relatou. Com a indenização conseguiu comprar uma casa na comunidade do Pendura a Saia, também em Jacarepaguá. "O valor foi baixo e tive que parcelar em dois anos. A fiação está exposta e a casa fica em um local alto", disse.

Rosinaldo tem um filho autista, de 18 anos, que sofre crises convulsivas. "Antes, os vizinhos ajudavam uns aos outros, era mais fácil. Agora, eu temo não poder socorrer meu filho em caso de urgência", diz

reproduzindo a mesma impressão de desamparo de outros expulsos pelo desenvolvimento.

Em todo o Brasil, as remoções realizadas em nome de grandes eventos estão acontecendo com pouco ou nenhum debate público prévio. Segundo o relatório *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*, preparado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, há entre 150 mil e 170 mil pessoas em risco de remoção. No Rio de Janeiro, que abrigará a Olimpíada em 2016, os impactos são ainda maiores. Oito mil pessoas de 12 comunidades foram removidas, há cerca de 22 mil pessoas, em 24 comunidades, em risco, e cinco comunidades já sumiram do mapa.

Segundo o Portal Popular da Copa (www.portalpopulardacopa.org.br), o mecanismo é o mesmo: inicialmente, há produção sistemática de desinformação, por meio de notícias truncadas ou falsas, somadas a propaganda enganosa e boatos, seguindo-se a pressão política e psicológica e, como ato final, a retirada dos serviços públicos e a remoção imposta.

De acordo com o relatório do portal da Copa, "o verdadeiro legado que esses eventos deixarão será a destruição de comunidades e bairros populares, aprofundamento das desigualdades urbanas, degradação ambiental, miséria para muitos e benefícios para poucos". O texto aponta, ainda, para a instauração progressiva de uma "cidade de exceção", que dá "garantias governamentais a uma copa privada".

** As reportagens foram realizadas com o indispensável apoio da Fiocruz Bahia e da Fiocruz Recife pelo qual Radis agradece.*





FOTO: VIRGINIA DAMAS/ENSP

São expressões de um fenômeno chamado de gentrificação, que higieniza e enobrece locais antes populares, promovendo o abugersamento do espaço urbano e expulsando populações de seus locais de moradia. O professor Orlando dos Santos Júnior, do Instituto de Pesquisa e Planejamento

Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, percebe, por exemplo que a valorização da área portuária no Rio de Janeiro e a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) recuperam o valor imobiliário e revitalizam áreas da cidade que estavam degradadas. Assim, beneficiam o capital que vai sempre se apropriar de novas áreas. “Quem acredita que o [morro do] Vidigal, daqui a 30 anos, vai ser favela? Pode ser um condomínio fechado, por exemplo”, indaga, referindo-se a uma das comunidades do Rio de Janeiro que oferece vista privilegiada das belezas da cidade.

“Os eventos vão legitimar as intervenções urbanas que parecem caminhar no sentido de criar novas condições de acumulação e reprodução do capital e um padrão de urbanização que se

assemelha ao modelo neoliberal de cidade, adaptada às condições do capital”, analisa o pesquisador.

“Voltamos ao período dos anos tecnocráticos. Há em curso a justificativa de limpar a cidade na qual parte do traçado das obras passa por áreas pobres”, observa a arquiteta Ana Maria Ramalho, do Observatório das Metrôpoles, Núcleo Recife.

Em Pernambuco, por exemplo, a Copa afeta quatro municípios com a construção de uma cidade inteligente (*smart city*), inspirada em projetos de Japão e Coreia do Sul. Inicialmente, a área estava destinada a conjuntos habitacionais e seria feita a regularização fundiária das ocupações existentes. A população não foi comunicada sobre a mudança nos padrões arquitetônicos. Na visão da arquiteta Lúcia Leitão, da UFPE, a opção por condomínios fechados nega e desvaloriza o ambiente público onde se dá a convivência social, a prática da urbanidade, no qual estavam habituados a viver. Segundo ela, “nesses ambientes, quase sempre insípidos em termos de diversidade cultural, convivemos apenas com os nossos iguais, isto é, com aqueles que pela renda, pela escolaridade, pelo *status* social enfim, são bem-vindos nesses espaços”.



FOTO: OBSERVATÓRIO DAS METRÔPOLES

Sabroza (alto): desenvolvimento é o que vem de baixo para cima; Orlando: revitalização de áreas degradadas beneficiam capital

Coque: desvalorizar para expulsar

A localização privilegiada da comunidade do Coque fez dessa área um alvo do interesse imobiliário — e uma vítima de suas consequências. Próxima ao polo médico da cidade e cortada por uma artéria importante, com acesso a linhas de ônibus e metrô, a área, cuja paisagem já foi pontuada de casas sobre palafitas, não é mais o reduto da violência pela qual era conhecida. O estigma, no entanto, se mantém. “Esse tempo passou. Fico procurando essa violência e não encontro”, diz o líder comunitário Rildo Fernandes, para quem a associação da comunidade à violência é uma estratégia para justificar a remoção da comunidade. “Quando dizem que vão combater a criminalidade, estão discriminando e desvalorizando o lugar”, entende ele, coordenador geral do Ponto

de Cultura Espaço Livre do Coque.

Em 1987, parte do Coque tornou-se Zona Especial de Interesse Social (Zeis) protegida pelo Plano de Regularização dessas zonas (Prezeis), sendo, assim, destinada à moradia. Os moradores, no entanto, não têm documentos que comprovem a posse dos terrenos, como explica Rildo, preocupado com o impacto gerado pelo Projeto Novo Recife, que prevê a construção de um complexo de doze torres na área (ver pág. 2).

Em novembro de 2012, a prefeitura cedeu um terreno do Coque para construção do prédio da seção Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil, cuja legalidade está sendo questionada na Justiça. “Por meio do orçamento participativo, a gente tinha

Ricardo, Josivan, Rodrigo, Rildo e Moisés, lideranças comunitárias do Coque: luta contra estigma de violência, que visa desvalorizar o lugar





aprovado uma policlínica, um centro cultural e profissionalizante nesse lugar, mas nada foi feito”, conta Rildo. Na área do Coque deve se instalar também o futuro Pólo Jurídico do Recife, com edifícios que vão se impor na paisagem e na vida de seus moradores.

EXPULSÃO BRANCA

Essas transformações deverão promover uma expulsão branca: viver ali ficará mais caro. Rildo duvida de possíveis contrapartidas à população prometidas pelo Poder Judiciário, que quer ocupar o local. “Quem garante que isso vai acontecer mesmo?”, questiona. “Queremos ficar. Não precisamos de ruas alargadas. Não somos marginais, mas marginalizados”, diz Ricardo Jorge, que pede mais equipamentos comunitários. Segundo ele, o título de propriedade propiciaria “igualdade de condições” até na hora da venda.

Desapropriada, a casa de dois pisos independentes do pedreiro Reginaldo José da Silva foi avaliada em R\$ 64 mil. “Esperava entre R\$ 45 mil a 50 mil em cada andar”, diz, desolado. “Com esse dinheiro, onde vou comprar um imóvel equivalente?”.

A procuradora municipal e ativista ligada ao grupo Direitos Urbanos Noélia Brito observa que o tratamento dado às remoções de comunidades não é o mesmo recebido pelas construções irregulares. “Por que não há essa mesma ação enérgica contra construtoras que infringem a lei?”, questiona. “O planejamento das cidades sempre foi definido pelo capital imobiliário associado ao financeiro”, analisa a arquiteta Circe Monteiro, coordenadora Laboratório de Investigações da Cidade (Lattice), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela morou um ano no Coque para fazer sua pesquisa de mestrado, na década de 70. “Os padrões urbanísticos e comunitários oferecidos não atendem à forma de vida dessas populações e de seus hábitos de moradia. Os projetos para os pobres são de grande pobreza conceitual e de espaço”, considera.

FONTES DE SOFRIMENTO

Segundo Circe, há em curso processo de expulsão. “As comunidades são retiradas em função de

projetos”, aponta. A grande consequência da remoção, observa a pesquisadora, é a desestruturação da vida social e da estrutura psicológica das populações forçadas a ir para lugares ainda mais densos. “A favela é muito ruim, mas a vida também é muito boa”, analisa. “Tem uma dinâmica muito própria e que envolve uma estratégia de sobrevivência, porque implica muitas redes de solidariedade”.

O pesquisador Paulo Sabroza explica que a perda do território e de relações sociais são problemas sérios. “Desterritorialização e anomia são fontes de sofrimento agudo e se manifestam por meio de vários tipos de doença”, observa.

QUADRO DE DEPRESSÃO

A análise coincide com a da arquiteta Edinéia Alcântara, da UFPE, que examinou a saúde de moradores removidos de áreas de palafitas para conjuntos habitacionais, em sua tese de doutorado. “Um ano depois da remoção uma moradora não conseguia sair de casa. Ela disse que preferia voltar para os ratos e as baratas que não faziam mal a ninguém”, conta. “Observei um quadro de depressão, doença que os moradores não sabem que têm. Eles relatam tristeza, isolamento social. Nos conjuntos habitacionais, não há lazer. E quando tem, não se pergunta como eles querem essa área”, diz ela.

Se não houver adaptação nos dois primeiros anos, Circe diz que é grande a chance de os moradores voltarem à condição anterior. Segundo Edinéia, projetos gerenciados pelos moradores e permeados pelo debate mostram-se mais bem sucedidos. Além disso, cita, é importante misturar origens sociais distintas, por exemplo. “Ao misturar, você integra, diversifica. Quando separa, fica o gueto”.

O professor da pós-graduação em Geografia da UFPE Jan Bitoun, diz que, apesar de resistências localizadas, saiu da pauta a ideia de gerar melhorias em áreas de favelas. “Predomina a construção de novos empreendimentos imobiliários em programas federais destinados aos pobres ou grandes empreendimentos destinados às classes média e alta”. Ao mesmo tempo, observa, os mais pobres estão preocupados em saber como se inserir em programas federais e não discutem mais um modelo de cidade.



Circe: padrões urbanísticos oferecidos não atendem à forma de vida das populações; Rildo: preocupação com impacto do Projeto Novo Recife e suas doze torres

Na Ilha de Deus, a voz dos moradores

O projeto de urbanização da comunidade da Ilha de Deus, colônia de pescadores localizada na zona Sul do Recife, contou com a participação da comunidade. O novo cenário está sendo desenhado a partir do projeto de reurbanização cujas regras foram construídas e pactuadas entre o poder público e os moradores. Morador da comunidade, Edson Fly, integrante da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, diz que a luta ali foi impulsionada pelo exemplo dos moradores da comunidade de Brasília Teimosa, que recebeu esse nome por resistir às ameaças de despejo (ver pág. 12). “Temos forte identidade cultural. Conseguimos fortalecer o movimento popular

mesmo com uma política pública que não queria que a comunidade ficasse aqui”, conta. “O desejo era ficar e fizemos ressalva em relação à forma como se daria essa permanência”.

Serão construídas 300 unidades habitacionais e alguns moradores já estão de casa nova desde 2012. O projeto envolveu ainda a construção de Unidade de Saúde da Família (USF) — que ganhará mais uma equipe de Saúde da Família para atender a comunidade da Vila Imbiribeira, que fica



Edson Fly: forte identidade cultural fortaleceu movimento popular contra política que não queria a permanência da comunidade



As novas casas da Ilha de Deus atenderam as demandas dos moradores; serão construídas, ainda, 300 unidades

nas imediações —, praças, escola municipal e creche.

A sede do grupo Caranguejo Uçá, que trabalha com comunicação comunitária, também foi incluída no projeto. Para Edson, o empoderamento da comunidade foi o motor para a conquista do direito ao território. “Acredito que pigmentação da pele ou etnia não são fio condutor, e sim a condição do ser humano. Hoje, ninguém quer receber cesta básica e ser chamado de miserável”, considera Edson, que percebe uma discriminação da comunidade por parte da mídia comercial,



que estigmatiza o local como violento, tal como ocorre com os moradores do Coque. “Não sei onde está o perigo”, diz. Para remar contra o estigma, o Caranguejo Uçá, criado em 2002, desenvolve programas de ativismo e educação ambiental para grupos e com alunos do ensino médio de escolas privadas.

Para Teresinha Filha, casada com Edson e mãe de Maximus, de três anos, a comunidade tem “algo aconchegante”. Ex-moradora de conjunto situado perto da Ilha de Deus, chegara a engrossar o rol dos preconceituosos. “As ações contribuíram para que as pessoas vissem que a ilha tinha mudado. Já não existe mais o medo de as pessoas dizerem que moram aqui”, comenta. Vivendo de aluguel social com a família e à espera da casa de alvenaria no local, ela ressalta a importância de a comunidade não ter dado lugar a espigões. “Entendo que isso é uma etapa, não é a luta toda”.

Brasília Teimosa: resistência de origem



Moradora da comunidade Brasília Teimosa, também na zona sul recifense, há 42 anos, Edileuza Silva do Nascimento, a dona Leu, 57, tem medo de sair do lugar. “Aqui a gente tira a nossa sobrevivência”, justifica. Catadora de mariscos, ela precisa remar cada vez mais para longe para tirar do mar pelo menos quatro a cinco quilos diários, após um dia de trabalho que começa às 5h. “Há uns quatro anos eu tirava oito quilos”, conta, referindo-se ao lixo e à poluição das águas, que dificultam seu trabalho. “Isso é o meu ganha-pão”.

Na vizinhança, Cícera Pereira da Silva vive com a irmã, Luizinha, e a filha Lenice, numa casa de um pavimento. Antes de chegar à comunidade, ela morava sobre palafitas, em área de mangue, hoje aterrada. Foi expulsa e buscou refúgio nas palafitas de Brasília Teimosa. “A polícia chegava, tirava a gente, e depois a gente voltava de novo”, conta, explicando o porquê do nome da comunidade, surgida na mesma época que a capital federal.

Em 2012, foram entregues aos moradores

36 títulos de posse de um total de 5 mil pedidos. “É uma concessão do Estado, um comodato, não pode ser vendida durante 50 anos e pode ser renovada”, diz Wilson Lapa, presidente do Conselho de Moradores, vivendo ali há 54 anos. “Nosso diferencial é a politização, por mais diferenças e divergências que a comunidade tenha”, analisa, ressaltando que há enorme pressão psicológica para que os moradores deixem a área. “Não vamos fazer isso”, garante.

LUTA CONTINUA

Para Wilson, o aprendizado é constante. Eles ainda esperam R\$ 1 milhão de reais que seriam investidos na orla do bairro por uma empresa que comprou parte do terreno da Zona Especial de Interesse Social para construção de um prédio privado. “Foi um alerta e nos deixou antenados”, diz sobre a experiência que não deu certo. “A luta continua”, diz ele. Agora, é pela construção de um conjunto habitacional em terreno próximo e pelo título de posse que dará segurança para 5 mil moradores pelo menos pelos próximos 50 anos.

A preocupação tem razão de ser. Em vídeo veiculado na internet (<http://vimeo.com/31354876>), Antonio Vasconcelos, superintendente comercial da construtora Moura Dubeux, voltada a empreendimentos no Nordeste, defende expressamente

outros planos para Brasília Teimosa: “Se não houver uma intervenção do poder público, que rearrange e disponibilize aquele local para a cidade, com hotéis, marinas e equipamentos que incentivem o turismo, ela está fadada a não passar daquilo”.



Dona Leu (alto), catadora de mariscos, rema para longe a fim de driblar lixo e poluição; Wilson: politização e resistência à “pressão psicológica” para que os moradores deixem Brasília Teimosa (ao lado)



Itapagipe: da beleza à degradação

As áreas degradadas da Península de Itapagipe, localizada na cidade baixa de Salvador (BA), não escondem completamente um passado no qual a região se destacava por belezas naturais e pelo patrimônio histórico e arquitetônico — é lá que se localiza, por exemplo, a Igreja do Senhor do Bonfim. Dos tempos nos quais atraía a população mais abastada de Salvador para suas praias, restaram casarões à beira-mar, alguns deles tombados, e ruínas das indústrias que ali se instalaram, no final do século 19. Foi na península que se localizou o primeiro polo industrial baiano, em um processo de industrialização que duraria somente até metade do século 20, mas que traria efeitos perversos sobre a população que se deslocara para lá, em busca de trabalho, e para o meio ambiente. A área, formada por 14 bairros e com cerca de 170 mil moradores, carece de atenção e visibilidade.

ESPAÇO AGREDIDO

Nascido e criado em Itapagipe, o geógrafo Raimundo Nascimento, diretor da Rede Cammpi, Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, que reúne 48 organizações sociais, lembra que, de forma improvisada, a localidade teve seu espaço agredido pela urbanização: manguezais foram aterrados e vários ecossistemas destruídos. No total, estima-se que cerca de um milhão de metros quadrados tenham sido tomados do espaço natural da Península de Itapagipe. “Boa parte dessas pessoas se instalou em palafitas”, conta Raimundo, explicando que a elas se juntaram posteriormente famílias expulsas de suas moradias devido à abertura de ruas e avenidas na península.

Segundo Raimundo, a Rede Cammpi se consolida por meio da gestão participativa incluindo também pessoas de fora da comunidade. A rede resulta de um processo de fortalecimento das entidades locais que teve início somente em 1997, com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local, resultante de parceria entre Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco do Nordeste.

Em 2000, foi elaborado o Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe, que resultou na criação do Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI), de caráter mais técnico, que envolve instituições governamentais e universidades, entre outros. De acordo com Raimundo, a ideia é que haja um equilíbrio entre a Cammpi e o NAI de forma que os pareceres técnicos não se sobreponham aos interesses da comunidade.

DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES

Outro ponto de apoio à rede é o Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe que reúne anualmente aqueles que atuam na Península. Raimundo destaca ainda o Plano Referencial que traça o diagnóstico da região e as diretrizes para seu futuro. A primeira versão foi concluída em

2000, projetada para cinco anos. Em 2006, foi atualizada para valer até 2016. Além disso, reuniões semanais fortalecem as experiências no território e, para Raimundo, a ideia é que as soluções não sejam pensadas apenas para a Península de Itapagipe, mas para a cidade como um todo.



UMA 'ZONA DE SACRIFÍCIO'

Alagados é uma das áreas de maior insalubridade na península e pode ser enquadrada como *zona de sacrifício*, como são chamadas as áreas com concentração de poluição, por contarem com menos infraestrutura urbana, como explica o pesquisador da Ensp/Fiocruz Marcelo Firpo. Essas zonas são habitadas por populações pobres, negras, para as quais os impactos do desenvolvimento urbano chegam mais fortemente. Segundo Marcelo Firpo, populações que dependem diretamente de ecossistemas sofrem com o fluxo de materiais e de energia utilizados para promover o crescimento local e são típicos casos de injustiça social nas cidades.

Esse bolsão de miséria chegou a ser a maior área de palafitas da América Latina e foi cantado na música *Alagados* (1986), do grupo Paralamas do Sucesso. Na década de 1970, o bairro tinha perto de 80 mil habitantes. No final de 1970, as palafitas começaram a ser eliminadas, mas, em 1995, havia ainda quase 12 mil pessoas vivendo em condições sub-humanas e degradantes. Em 2004, três mil moradias sobre palafitas obrigavam os moradores a reconstruir suas casas a cada vez que a maré subia.

Raimundo diz que, desde 2000, espera por uma solução para 1,2 mil famílias removidas do local e que recebem aluguel social, ainda sem moradia definitiva — de 2 mil removidas, 800 foram alocadas em unidades habitacionais, algumas delas incluídas no Programa Minha Casa, Minha Vida em localidades diversas.

A Rede Cammpi lutou para que as famílias permanecessem no bairro. Em Alagados, as famílias tinham, segundo ele, apoio de uma escola e de uma



Solange (alto): casa de alvenaria rompe relação entre vizinhos; Raimundo: fortalecimento das entidades locais; Marilene: proposta de mudanças cria expectativas

Sede da colônia de pescadores de Itapagipe: remanescente das palafitas que já dominaram a paisagem local



unidade de saúde além de estarem socialmente integradas. “Casa não se resume apenas a uma unidade”, analisa Raimundo. “Não é só o arquiteto e o engenheiro que entendem de construir”, sentencia.

Com os moradores apartados do processo de construção das novas moradias na área, ele diz que o resultado ficou muito aquém do desejado. Passando por Alagados, é possível perceber casas muito pequenas de dois andares, pintadas com fortes cores — que remetem ao Pelourinho, na capital baiana —, nas quais vivem apertadas famílias numerosas que tiveram que se adaptar a um novo modo de vida.

Oriunda da palafita, a educadora Marilene da Conceição Nascimento, há mais de 40 anos vivendo

em Alagados, comenta que a proposta de mudança cria expectativas. “A gente vê, sonha, acha que vai melhorar”. Solange Sousa do Espírito Santo, coordenadora da Biblioteca Comunitária Clementina de Jesus, diz que, com a mudança para a casa de alvenaria, foi perdida “a relação entre vizinhos, de um se preocupar com o outro”. Perdeu-se também a possibilidade de as mulheres se protegerem umas às outras, contra a violência, como ocorria. No processo de realocação, vizinhos foram separados. “Aí tira o *tchan* de um relação, de preocupação com o outro”, diz Marilene. Para ela, o ganho dos moradores tiraram nesse processo foi o fortalecimento da mobilização comunitária. “Se perdemos muita coisa, politicamente, ganhamos mais”.

Águas contaminadas, na Ilha de Maré

O peixe que era abundante na Ilha de Maré, localizada na Baía de Todos os Santos, em Salvador, ficou mais raro. Situada próxima ao Porto de Aratu, a Ilha sofre com a contaminação do mar por detritos industriais e esgoto. Por conta da poluição, diminuiu não só a quantidade como a qualidade do pescado e dos mariscos, dos quais vive a população. Os impactos gerados pelo Porto e suas indústrias podem, ainda, ser sentidos na pele. “Vários são os casos de queimaduras de pessoas que entraram na água para se banhar, diz a marisqueira e líder comunitária Eliete Paraguassu.

A população da Ilha de Maré convive há muitas décadas com os prejuízos causados aos ecossistemas locais, com a criação naquela área, em 1967, do Centro Industrial de Aratu (CIA), que concentra 44 empresas. Dos 16 quilômetros quadrados de extensão da ilha, 60% são território quilombola. Os moradores das dez comunidades que vivem ali, a maioria da pesca, do artesanato e da agricultura familiar, foram fortemente afetados pelas atividades do porto.

Os níveis de contaminação por metais pesados em três espécies de pescados mais consumidos pela população local — chumbinho, siri e sururu — foram considerados alarmantes na pesquisa *A saúde ambiental em Ilha de Maré, Salvador-BA: Cenário e propostas de remediação*, da professora Neuza Miranda, da Escola de Nutrição

da UFBA, divulgada em 2011.

As atividades de dragagem de aprofundamento para dotar o porto de condições adequadas à navegabilidade agravaram ainda mais a situação. Segundo o biólogo Everaldo Queiroz, o processo de dragagem dos sedimentos no fundo da baía pode voltar a mexer com metais pesados que estão condensados há centenas de anos. Ainda, a emissão de gases tóxicos na refinação de petróleo é apontada como responsável por doenças respiratórias.

“O cheiro é insuportável em alguns locais. Tem dias em que as pessoas têm de se deitar no chão”, denuncia Eliete, que mora na comunidade quilombola de Porto dos Cavalos uma das áreas mais afetadas pela fumaça da refinaria. Há também poços de extração de petróleo em vários pontos da baía. “São 14 postos em terra e oito nas coroa no mar”, contabiliza Eliete. “E ainda tem o descarte de produtos usados na limpeza dos porões dos navios”, acrescenta.

A análise realizada pela professora Neuza Miranda indicou, na Ilha de Maré, uma concentração de metais pesados no molusco chumbinho oito vezes maior do que o índice máximo aceito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O siri e o sururu também apresentaram índices de concentração superiores aos toleráveis para a saúde humana. Análise do sangue e do cabelo de 113 crianças de até seis anos revelaram grandes concentrações de chumbo em seus organismos.

“A Maré é minha vida”, resume Eliete, lamentando o descaso com que o patrimônio natural é tratado por governos e indústria.

Ela vai mariscar com as demais mulheres da comunidade, entre elas, sua irmã, Elenilza Paraguassu da Conceição, que diz pescar hoje um terço do que há dez anos, e Zenilda, mãe das duas, que trabalha, hoje, em ritmo mais lento.

Eliete relata também casos de alergia respiratória e fadiga



Almiro (alto): “peixe grande como antes não tem mais”;

Eliete: protesto contra a desqualificação da pesca artesanal; Miltom: “estamos no meio de um barril de pólvora”; Evangelita: “eu achava marisco, siri, e hoje, não tem mais nada”

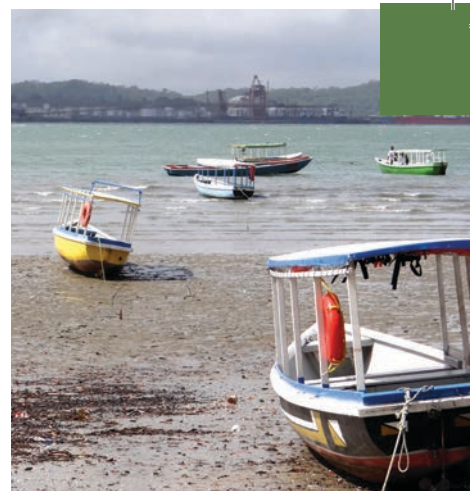


entre os moradores. As demandas de saúde são supridas na única Unidade de Saúde da Família da ilha, na comunidade de Praia Grande, a maior e já com terras regularizadas. “A gente tem que se deslocar para lá em busca de socorro”, conta.

Moradora da comunidade de Bananeiras, Evangelita do Nascimento Menezes é marisqueira há 40 anos e reafirma que as redes já não chegam mais tão cheias quanto antes. “Antes eu achava marisco, siri, hoje já não tem mais nada”. Almiro Pedro, com mais de 24 anos de pesca, concorda. “Peixe grande como antes não tem mais”, afirma. O pescador aposentado Miltom Sales de Santana relata que a poluição afugenta algumas espécies de peixe. “Aqui morre muito carapeba, carapitu, baiacu, e teve marisco extinto ou que está muito difícil de ver, como o saupiro-vovô, tapu-cavalo e canivete”, diz. “Estamos no meio de um barril de pólvora”.

Eliete afirma que o discurso das empresas e do governo tenta apontar para a defasagem da pesca artesanal. “Eles dizem que o novo modelo de pesca é em cativeiro. Mas isso é um estupro ao tipo de pesca da gente. A gente não precisa disso”.

Com base em denúncias de moradores e no estudo da UFBA, o Ministério Público instaurou inquérito civil para apurar as causas dos impactos ambientais e danos à saúde de moradores de Ilha de Maré. Eliete conta o Porto de Aratu se comprometeu a ressacir o prejuízo e se adequar. “Quem vai fazer os condicionantes é a comunidade”, diz. É uma conquista, mas, segundo ela, o prejuízo ambiental dificilmente será devolvido à população.



A ilha, na Baía de Todos os Santos: mar contaminado por detritos industriais e redução do pescado do qual vive a população

Prática do candomblé ameaçada

No Terreiro Ilê Asipá, a ameaça do desenvolvimento urbano se materializou na forma dos grandes edifícios que, em quatro anos, mudaram a paisagem do bairro de Piatã, em Salvador (BA), onde se localiza. Fundado em 1980, por Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi Asipá, a área de 5 mil metros quadrados, destinada ao culto religioso do candomblé, é uma mancha verde que contrasta com grandes trechos já ocupados por prédios e com a aridez da terra que provavelmente receberá novas edificações. No terreno situado na frente do terreiro, primeiro, seria construído um condomínio; depois, um complexo policial. Como o terreiro está em processo de tombamento e a lei rege que seu entorno deve ser preservado, o Ylê Asipá ganhou tempo para apresentar uma proposta ao município. “Alegamos que essa área é tombada. Não cabe uma delegacia nesse lugar”, diz Edivaldo Bolagi, gestor cultural e frequentador do local. A comunidade quer que ali seja criado o Parque das Folhas Sagradas — folhas são essenciais para a realização das obrigações religiosas do candomblé. A proposta é que o parque, além de abrigar várias espécies, torne-se um espaço para educação ambiental e ecológica que busque uma relação mais estreita com o ambiente, importante também para manter vivas as práticas religiosas, diz Edivaldo.

Os terreiros de candomblé devem estar localizados em áreas verdes, ter água nas imediações e ser erguidos na terra, nunca em concreto. Por isso, é difícil para os adeptos acompanhar a ocupação desmedida do solo. “Colocamos toda energia no chão, no solo sagrado. Não dá para um terreiro ser transferido. É algo ruim”, explica Edivaldo, preocupado com o futuro do espaço.

Sacerdote, escritor, escultor e educador, Mestre Didi Asipá é figura notória e de reconhecida importância na cultura afro-brasileira e na África. Filho único da mãe-de-santo Maria Bibiana do Espírito Santo, conhecida como Mãe Senhora, é o mais antigo descendente no Brasil do reino africano no Ketu, hoje ocupado por Nigéria e Benin. Jurandyr Souza Sobrinho, técnico em construção civil e sacerdote

maxodi, no idioma yorubá, acredita que o Terreiro Ilê Asipá ainda é preservado por conta de sua importância para a história da cidade.

No bairro Rio Vermelho, o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, o primeiro de Salvador, tombado, em 1984, também vive os desafios do modelo de desenvolvimento. Instalado em local ainda deserto, depois de contabilizar perseguições e proibição por parte das autoridades para o exercício de suas atividades, hoje, está cercado por uma comunidade, que já invadiu seus limites.

A analista de gestão de saúde da Fiocruz Bahia Cristina Pechine, é filha de santo (Omo Orixá), Yaô de Oxossi, o dono do terreno. Ela contabiliza as perdas pelo crescimento do bairro: na área verde, nos rios e por conta do adensamento populacional que ocorreu no entorno do espaço do terreiro. “Pela lei de tombamento não poderia haver construções em volta do terreiro. Isso afeta a privacidade de nossa prática de cultos ao ar livre e, ao mesmo tempo, a comunidade se sente incomodada. O conflito fica latente”, diz ela, que observa ainda manifestações de intolerância religiosa por parte de alguns moradores.

O rio Lucaia, em frente ao terreiro, também conhecido como Rio Vermelho e de grande importância



Edivaldo: “colocamos toda energia no solo sagrado e não dá para um terreiro ser transferido”; Diosmar: estudo mostra terreiros centenários lutando para manter suas áreas



Terreno do Ilê Asipá, em processo de tombamento, é mancha verde que contrasta com grandes trechos já ocupados por prédios



Terreiros de candomblé devem se localizar em áreas verdes e ser erguidos na terra, nunca em concreto

para a comunidade de candomblé, foi tamponado pela prefeitura. “Antes era um esgoto, mas a gente tinha esperança de que pudesse ser limpo”, diz Cristina. Ela entende que o poder público deveria conversar para ver quais soluções poderiam ser tomadas de forma a minimizar os impactos decorrentes de sua ação.

Em nota oficial, a Secretaria Municipal de Obras Públicas de Salvador (Sucop) informou à época que as obras de macrodrenagem feitas nos canais da cidade visavam solucionar pontos históricos de alagamentos em rios com um estado muito avançado de poluição. Mas, em matéria publicada no site G1 (22/03/2012), especialistas criticam a forma como o processo foi conduzido: “Não houve discussão aberta com a sociedade. Fico sentida porque essa área é mais do que um esgoto, é um rio, que merece ser tratado e limpo por órgãos competentes”, disse Angela Lühning, professora da UFBA na reportagem.

Autor de estudo sobre a expropriação dos terrenos e apropriação das áreas para projetos urbanos, Diosmar Filho contabiliza cerca de 500 outros terreiros, em torno da área do Casa da Branca, muitos deles centenários, que lutam para manter suas áreas como patrimônio material e imaterial

nacional. “Tudo é feito em nome de um processo de urbanização, do desenvolvimento que está gerando emprego, com o lema de que Salvador é a cidade do futuro. Ele ressalta que, desde o início do século 20, há um movimento de higienização das áreas urbanas no Brasil, com a exclusão daquelas onde havia terreiros. Os terreiros, antes expulsos para a região metropolitana das cidades, agora perdem novamente suas áreas com a expansão imobiliária. “O interesse imobiliário foi acelerado de forma vergonhosa nos últimos oito anos pela prefeitura que liberou várias áreas para os condomínios”, denuncia Diosmar. Para ele, os estudos de impacto ambiental não conseguem abarcar o cenário já que respondem a interesses econômicos. “Não há estudos sobre o social e o cultural”, cita.

Diosmar entende, ainda, que grandes projetos urbanos deveriam discutir o direito ao patrimônio material – e isso não tem acontecido. “Eu pergunto se a política urbana do Brasil é de construção de um futuro para a qualidade de vida da população ou é só para botar a economia para girar? Ela está girando. Mas eu não consigo ver nesse momento um futuro transformador da realidade”, analisa.



FOTO: NATÁLIA CALZAVARA

ENTREVISTA/ MARCELO FIRPO PORTO

‘O conflito é essencial para a construção da democracia’

território, haverá consequências”, afirma. Para Marcelo Firpo, as denúncias reunidas no mapa são a “ponta do iceberg”, pois mostram apenas os conflitos tidos como emblemáticos e que possuem algum nível de mobilização ou resistência.

Como podemos caracterizar a injustiça ambiental? Ela é abarcada pela injustiça social?

A injustiça ambiental tem como forças motrizes o uso dos territórios e recursos naturais relacionado a atividades como a expansão do agronegócio, que fez do Brasil campeão mundial no uso de agrotóxicos; os ciclos de produção do aço, do alumínio e do petróleo; e grandes obras de infraestrutura. Problemas ambientais são maiores em regiões com maior desigualdade social e se expressam de forma mais aguda quando há déficit de democracia dessa sociedade e do nível de organização das populações mais vulneráveis. A injustiça social isoladamente não dá conta dessa problemática porque não incorpora o elemento central da questão ambiental moderna e tende a manter o paradigma que dissocia desenvolvimento, sociedade e natureza. Além disso, não considera os saberes e culturas dos povos tradicionais, intrinsecamente

vinculados à vitalidade dos ecossistemas. Então, é possível ter uma sociedade com redução da injustiça social que promova o aumento da insustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, qual o papel do Mapa da Injustiça Ambiental?

Ele dá visibilidade a conflitos que envolvem situações de populações discriminadas, que frequentemente estão ausentes da mídia. As vozes dessas populações são tidas como de pouco conhecimento técnico para dizer que os problemas ambientais ou de saúde são relevantes. O mapa dá a elas maior legitimidade e busca estabelecer o diálogo entre o saber que vem das denúncias com o conhecimento científico. Os casos são de conflitos importantes, publicados depois de avaliados e se as suas questões forem consideradas legítimas pela equipe. Não são apenas certezas que produzem os conflitos, mas incertezas que deveriam ser trabalhadas e escutadas. As incertezas, por vezes, é que deveriam ser investigadas. Nem sempre existem nexos causais claros, mas denúncias apenas. Se trabalhássemos numa sociedade mais democrática e sustentável, o princípio da precaução também deveria ser levado em conta nas decisões, antes de se licenciar um empreendimento.

Luta contra a remoção na Vila Autódromo

A comunidade Vila Autódromo, localizada em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, já vem sofrendo há uma década com ameaças de remoção, mas se mantém firme e resiste pelo direito de permanecer onde está há mais de 40 anos. Na vila, residem aproximadamente 500 famílias, e histórias de remoção marcam a vida desses moradores e da região desde a época dos grandes investimentos imobiliários durante os anos 1970.

Com a construção do Riocentro — o maior centro de convenções da América Latina, inaugurado em 1977 — e do Autódromo, que foi desativado em outubro de 2012 para dar lugar ao Parque Olímpico, moradores de um conjunto habitacional naquela área e pescadores tradicionais da região de Jacarepaguá foram expulsos de suas casas. A população realocou-se em morros, na região da Taquara e na faixa de terra que sobrou entre o muro do Autódromo e a Lagoa de Jacarepaguá, e que deu origem à comunidade.

Durante os anos 1980, trabalhadores das obras do Autódromo e do Riocentro e famílias perseguidas pelo

regime militar também se instalaram na vila. Embora o governo estadual tenha emitido títulos de posse para os moradores nos anos 1990, a Prefeitura quer reassentá-los em conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, o Condomínio Parque Carioca, em Curicica, Jacarepaguá, também na Zona Oeste. “A classificação, hoje, da Vila Autódromo como favela ocorreu por uma política intencional de abandono da Prefeitura, que, desde 1980, é procurada por nós em busca do direito de urbanização e saneamento básico, e sempre recusou”, conta Inalva Mendes Brito, atuante na luta contra as tentativas de remoção e que chegou à Vila Autódromo, ainda na década de 70, vinda do Nordeste. Inalva ajudou a formar, em 1987, a Associação de



Altair: trajetória de remoções; Inalva: classificação como favela deve-se a política de abandono das prefeituras

No caso dos conflitos urbanos, de que forma se configuram como injustiça ambiental?

A questão urbana está associada à injustiça ambiental, em termos de concentração de riqueza e poder, mas não se esgota nisso. É um problema sistêmico: se aumenta o consumo de materiais, em algum território, haverá consequências. Há, por exemplo, relação com o modelo de desenvolvimento e produção de *commodities* para o comércio internacional. Os países ricos, europeus, compram o aço bruto, produzem automóveis mais sustentáveis, não poluentes. Depois, exportam equipamentos, tecnologia e serviços mais sofisticados. Eles não produzem a energia para produzir o aço, ou sofrem impactos ambientais da mineração do ferro, ou efeitos da siderurgia poluente e perigosa. As externalidades, os impactos ambientais, os prejuízos à saúde ficam aqui e não entram na cadeia de preços. Quem paga é o governo e a vida sofrida das pessoas.

Como a injustiça ambiental se manifesta?

Há cidades que promovem a redução da miséria e da pobreza e o aumento do acesso ao consumo. Mas o consumismo desenfreado recai sobre territórios e populações que, em sociedades desiguais, sofrem os maiores impactos. São populações urbanas que vivem nas chamadas *zonas de sacrifício*, ou as ribeirinhas, do campo e das florestas, que dependem diretamente de ecossistemas, em especial indígenas, agricultores, pescadores e quilombolas.

Pode-se dizer que o conflito é um problema a ser resolvido?

Dialeticamente, ele é tanto um problema como uma solução. Precisa ser enfrentado, porque sua invisibilidade permite a reprodução de uma sociedade insustentável e injusta. Ele aparece quando há algum tipo de organização, de mobilização e movimento da sociedade, das populações atingidas. É, portanto, um elemento de aprendizado e de transformação, e aponta para novas dinâmicas a serem incorporadas no contexto social. O conflito é essencial para a evolução da democracia, da sustentabilidade e da justiça social. O problema é que o modelo econômico hegemônico e a organização política a ele ligada exclui o conflito. Muito do que se fala de governança na atualidade busca funcionar pela eliminação de conflitos, inclusive, por meio da cooptação. Na forma mais violenta, há uma prática de se criminalizar, punir, processar militantes e pesquisadores. No limite, assassina militantes, ambientalistas e defensores dos direitos humanos. Isso acontece aqui do nosso lado, em plena Baía de Guanabara, com os pescadores que defendem seu direito de continuar pescando e o seu ecossistema (*Radis* 120). A subsistência dos pescadores, por exemplo, é vital para a vitalidade do próprio ecossistema.

De que forma os pescadores estão entre os atingidos, nesse processo?

No Rio de Janeiro, eles enfrentam a lógica de apropriação da Baía de Guanabara. Em Laboraí (RJ), a instalação

de uma nova refinaria equivale a um golpe profundo no processo de revitalização da Baía. Um empreendimento desse porte cria obras de infraestrutura, gasodutos e oleodutos, envolve apropriação da água que vai abastecer o complexo industrial, e tudo isso muda completamente a vida dos pescadores. Não houve e não há um processo de negociação democrático e transparente, que proteja a vida deles e seu direito de continuar pescando. Eles acabam se arriscando para defender os territórios ameaçados e a própria vida, por meio de conflitos que revelam as injustiças. Fazem manifestações radicais — como posicionar seus barcos na frente de navios que colocam dutos no mar —, na medida em que é radical também a violência praticada contra eles. Para complicar, há problemas locais, como milícias e interesses econômicos, impulsionados por esses empreendimentos, como empresas de segurança, de materiais de construção. Em síntese, um modelo perverso que afeta o destino desses grupos e populações. Não sairemos dele sem radicalizarmos a democracia, sem compreendermos os impactos desse modelo, sem diálogos entre saberes e práticas solidárias que articulam movimentos sociais e grupos acadêmicos. Tudo isso exige certa audácia, uma coragem moral que esteve nas origens da saúde coletiva e do processo de democratização que vivemos 30 anos atrás. Felizmente, ainda que contra-hegemônicas, tais qualidades continuam presentes em inúmeros trabalhos em curso. (*L.M.*)

SAIBA MAIS

Sobre Megaeventos:

• **Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016** www.observatoriodasmegaeventos.net/projetomegaeventos/

• **Dossiê Violação de Direitos Humanos (2ª edição)** www.portalpopulardacopa.org.br/ e <http://migre.me/eAONd>

• **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio** www.observatoriodasmegaeventos.net/download/dossi%C3%A9_megaeventos_2013.pdf

• **Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas** <http://comite-populario.wordpress.com/>

• **Movimento Desocupa Salvador** <http://movimentodesocupa.wordpress.com/>

• **desurbanismos#2 – Análise da historiadora Sílvia Couceiro sobre o desurbanismo como prática antiga e perpetuada no Recife** <http://vimeo.com/42116187>

• **Leva, vídeo de Juliana Vicente e Luiza Marques — Ocupação e revitalização de espaços ociosos, com a construção do coletivo como agente de transformação do indivíduo** <http://pretaportefilmes.com.br/leva/>

Escavadeira nas imediações da comunidade aponta para ocupação por grandes empreendimentos, que plano alternativo (ao lado) dos moradores quer combater

Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (Ampava), estrutura que formalizou a comunidade.

Ao caminhar pelas ruas da vila e conversar com moradores, conclui-se que, se hoje há luz elétrica, fossas sépticas, água encanada, telefone e registro para os pescadores, é por organização e iniciativa dos próprios moradores.

Na localidade há 350 lotes; outros 150 foram ocupados sem haver titulação necessária. Cerca de 80 famílias encontram-se nessa situação e ocupam uma faixa de proteção ambiental, além de viverem em estado de vulnerabilidade, por conta da falta de estrutura de suas casas. Esse é um dos argumentos usados pela prefeitura para remover toda a comunidade dali.

Desde 1992, contabilizaram-se tentativas dos governos para por fim à Vila Autódromo. A Prefeitura forneceu várias justificativas, mas os argumentos dos que lutam pelo direito de permanecer em suas casas vêm vencendo a inconsistência da lógica de remoção compulsória. Alegações de que ali é uma área de risco ou de que causa dano estético, ambiental, urbano e visual também já foram usadas nas tentativas de justificar que a comunidade deve acabar.

REMOÇÕES

Uma trajetória de remoções marca a vida do presidente da Associação de Moradores de Vila Autódromo, Altair Antunes, 58 anos. Ele conta que a primeira pela qual passou foi aos 14 anos, quando teve que sair de uma comunidade na Lagoa Rodrigo de Freitas, zona nobre do Rio de Janeiro, justificada pela grande mortandade de peixes que ocorrera na época. “Como sempre, o governo quer nos acusar de dano ambiental. Bem público e dano ambiental são as justificativas que eles mais utilizam para fazer a remoção do pobre, fazer a limpeza social”, desabafa Altair.

Altair foi com a família para a Cidade de Deus, Zona Oeste, onde viveu por vinte anos. Novamente, veio o anúncio de que teriam que ser removidos os moradores que estavam no caminho da construção da via expressa Linha Amarela, na década de 1990. Altair conheceu e gostou da Vila Autódromo, bairro próximo, e decidiu, então, estabelecer-se ali. Há 17 anos, Altair é morador da comunidade, e tendo passado por difíceis momentos em consequência das remoções, interessou-se em fazer parte da Associação, da qual é presidente há seis anos.

Com o anúncio das Olimpíadas, mais uma vez, a ameaça de remoção está presente. A Vila Autódromo precisaria dar lugar a estruturas olímpicas e ampliação de avenidas, além de representar ameaça ao perímetro de segurança do Parque Olímpico. A comunidade contra-argumentou:

ali não havia registro de violência que legitimasse a “preocupação” com a segurança do local.

Da área total do Autódromo, 25% serão destinados ao projeto olímpico; o restante ficará para o consórcio Rio Mais, parceria público-privada licitada pela Prefeitura, formado por três construtoras e responsável pelas obras e manutenção durante 15 anos, devendo incluir, ainda, um hotel de 400 quartos. “O prefeito negociou essa comunidade e a história dela com as empresas que vão construir prédios até 2030. Depois dos 27 dias de jogos, a construtora Carvalho Hosken vai começar a construir apartamentos para a classe média, e eles querem a área limpa”, analisa Altair. “Eles só precisam da comunidade para trabalhar para eles enriquecendo uma minoria, para fazer a cidade crescer, limpar o chão da casa deles”.

TROCA INJUSTA

Para incentivar os moradores a sair, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, conta Inalva, iniciou campanha atraindo os olhares para o Condomínio Parque Carioca, que tem quatro prédios com 900 apartamentos de 43 e 60 metros quadrados. O projeto promete ainda piscina, escola, praças, playground e área comercial, entre outros atrativos.

“Essa não é uma troca justa”, considera Inalva. Algumas casas na vila chegam a ter 200 metros quadrados de área construída, além de redes familiares e econômicas sustentáveis, explica. “Eu, por exemplo, tenho meu pomar e minha horta, outros vizinhos têm oficina, ateliê de artesanato ou oferecem refeições”, conta ela, que cultiva goiaba, abacate e outros frutos, consumidos pela família. Inalva observa que na comunidade, a maioria tem condições de abrigar filhos e netos num mesmo lote, pois as casas contam com um segundo andar. “Não é como num apartamento, onde as relações são desfeitas”, argumentou.

ALTERNATIVAS

Contrários à proposta da Prefeitura, a comunidade e a Associação de Moradores elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), que apresenta alternativas à remoção, mostrando ser possível a permanência da população e a urbanização da comunidade, além de sua integração à cidade. O plano foi assessorado por técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (Nephu/UFF).

O PPVA prevê a realocação de pessoas que moram em situação de vulnerabilidade dentro da própria comunidade, e também a regularização de unidades habitacionais sem documentação. Constam ainda do plano propostas de saneamento básico, transporte, lazer, cultura e acesso a serviços. O custo seria de R\$ 13,5 milhões, contra o investimento da Prefeitura, de R\$ 105 milhões, estima a cartilha do plano. (Anna Carolina Düppre)



Paulo Gadelha

'A aprovação do PL 7663 sobre a questão das drogas seria uma aberração'

Bruno Dominguez

A aprovação na Câmara dos Deputados, em 22/5, do Projeto de Lei 7662/2010 (*Radis* 128), que altera a Lei de Drogas, acendeu alerta vermelho para quem defende uma política avançada de drogas no país. O texto prevê a internação involuntária de dependentes e aumento da pena para traficantes. "O projeto é um acinte e sua aprovação no Senado seria um retrocesso imenso", avalia o presidente da Fundação Oswaldo Cruz e da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia (CBDD), Paulo Gadelha, em entrevista à *Radis*. Para ele, a forma repressiva, judicializada e criminalizada de lidar com a questão "é e sempre será contraproducente". Por isso mesmo, defende que o setor Saúde esteja no centro de uma nova política de drogas, em que as ações de remoção de usuários de crack de territórios e a internação compulsória de dependentes não sejam o eixo central. Nesse cenário, a Fiocruz tem papel relevante: "Pelo nosso lugar de interface entre saúde, ciência e tecnologia, temos de oferecer de maneira organizada a reunião de competências, estudos e evidências, para ajudar na conformação de políticas", afirma Gadelha.

Em diversas reportagens veiculadas na *Radis*, especialistas apontam o que modelo proibicionista de combate às drogas falou. O senhor concorda?

Primeiro, um ponto importante a se demarcar é que o conceito de drogas lícitas e ilícitas é totalmente arbitrário: não tem embasamento em evidências científicas, que mostrem as repercussões para a saúde e para outras questões da vida. O exemplo mais óbvio dessa definição arbitrária é o álcool, que tem repercussão enorme na saúde do ponto de vista individual e coletivo, com efeitos muito significativos sobre dependência, doenças cardiovasculares, internações, mortes, violência, desagregação de estruturas societárias. O álcool já foi uma droga considerada ilegal, à época da Lei Seca nos Estados Unidos [de 1920 a 1933]; hoje, é legal, lícita, enquanto outras drogas que também têm efeitos deletérios sobre a saúde, como é o caso da cocaína e da maconha, são consideradas ilegais. Nada do ponto de vista científico ou social fundamenta essa distinção. Ela é dada pela representação social construída dessas drogas e pela maneira como a sociedade decidiu determinar que parte do circuito de produção de drogas entrasse para o campo da ilegalidade, com todas as consequências que isso gera: tráfico, tráfico de armas associado e controle de territórios para circulação de drogas, especialmente na América Latina.

Isso mostra a importância de se ouvir o setor Saúde...

Sim, o segundo ponto é que a principalidade da abordagem deve ser da Saúde. Porque, em última instância, nós (da Saúde) queremos produzir efeitos sobre a qualidade de vida, a saúde das pessoas, os processos de integração social, os processos de democracia. São as estruturas da Saúde, da Educação e a discussão da sociedade que têm centralidade para tratar das maneiras de se lidar com os riscos, a que toda a coletividade está sujeita, seja avaliando a relação custo-benefício

e conciliando uso com manutenção da integridade pessoal e social, ou via abstinência, quando eventualmente o fator de risco causa efeitos catastróficos.

Hoje, quem tem a centralidade nas políticas de drogas é a Segurança, não a Saúde.

Exatamente. Toda a visão de combate às drogas, de *guerra às drogas*, foi construída sobre premissas insustentáveis. A primeira é a de que é possível se ter um mundo sem drogas. Isso é uma grande bobagem. Quando falamos sobre drogas, estamos falando sobre riscos, aos quais todas as pessoas estão sujeitas: drogas, comidas e hábitos não saudáveis. Sempre haverá uso de drogas lícitas ou ilícitas. É inimaginável se pensar — e a História mostra isso — que ninguém vai optar pelo uso de produtos que têm um grau de risco para a saúde. A segunda premissa é a de que a ênfase deveria estar no aparato repressivo. Os resultados até aqui, reconhecidos por agências internacionais e por países que enfrentaram essa questão de maneira mais ampla, foram o aumento do consumo de drogas, da violência e das doenças relacionadas, a consolidação e o reforço das estruturas para-legais de tráfico... Todos os indicadores mostram o fracasso da chamada *guerra às drogas*, que os Estados Unidos começaram a pilotar na década de 1960, quando a circulação, o consumo e os efeitos eram relativamente pequenos. As drogas estavam



FOTOS: SERGIO EDUARDO DE OLIVEIRA

associadas a estilos de vida que contestariam o modo de vida americano. Logo, o combate era de natureza ideológica, de valores.

E no Brasil?

No Brasil, tivemos uma pequena evolução, mas significativa, na legislação: a distinção entre usuário e traficante. O usuário não pode ser criminalizado ou penalizado por usar drogas. O país entendeu que o usuário demanda e merece cuidado, não criminalização, pois não é um criminoso, mas

“Essa forma judicializada e criminalizada é e sempre será contraproducente para quem precisa de tratamento”

alguém que possivelmente passou de uma situação de uso — digamos — recreativo, sem dependência, para um uso com dependência, que afeta sua saúde. Criminoso é o traficante. O problema é que essa legislação não estabeleceu como distinguir usuário de traficante. Portugal, por exemplo, quantificou, para cada tipo de droga ilícita, o que é permitido portar para uso próprio. Isso o Brasil não fez, o

que coloca a responsabilidade sobre as mãos de juízes e policiais, gerando um nível de arbitrariedade imenso e enormes distorções. Sem critérios objetivos, as classes sociais mais vulneráveis, em função do preconceito e da baixa capacidade de defesa nos processos judiciais, acabam sendo aquelas sobre as quais incide toda a pecha de traficantes. Muitas vezes, um negro, morador de uma comunidade, portando determinada quantidade de maconha, é preso como traficante, enquanto um branco, de classe abastada, com a mesma quantidade, é considerado apenas usuário e não recebe penalização.

O senhor citou o exemplo de Portugal, país muito mencionado como tendo uma política avançada nessa área...

Portugal é um bom exemplo, mas não um exemplo isolado. Hoje, o próprio Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime reconhece a necessidade de mudanças no enfrentamento das drogas. Mesmo nos Estados Unidos, onde está mais arraigada a guerra contra as drogas, começamos a ver uma revisão da política em alguns estados, com maior flexibilização e descriminalização da maconha. Portugal tem

sido colocado como exemplo muito significativo porque descriminalizou o uso de drogas. O tráfico continua sendo crime, sujeito a penalidades severas. Eventualmente, quando o uso é considerado nocivo, uma comissão acompanha o caso e pode recomendar tratamento ou impor uma pena administrativa. Há toda uma regulação que traz o enfrentamento para o campo civil — não penal, não jurídico. Os resultados são excelentes. Não houve, como chegou a ser muito alardeado à época da aprovação da política, explosão do uso: os índices praticamente se mantiveram. Hoje, o próprio aparato policial defende a atual legislação. O sistema prisional se beneficiou muito, com grande diminuição das prisões; houve redução de efeitos sobre doenças relacionadas, como a aids por compartilhamento de seringas; a política de redução de danos está vigente.

Em que medida o Brasil pode adotar política similar?

Há toda uma conformação que mostra que essa experiência deve ser estudada e pensada como referência. Cada país tem sua cultura, sua dinâmica, mas o pano de fundo é comum. No caso do Brasil, na saúde em especial, tivemos situações que são exemplares, como a da aids. Quando a doença surgiu, a primeira reação da sociedade foi discriminar, considerar como *epidemia gay*, encontrar culpados, gerar situações excludentes, marginalizar, criar tabu em vez de tratar abertamente o tema. E tudo foi superado com um processo intenso, com participação de organizações de pacientes, gestores de saúde pública, agências internacionais. Encaramos o tabu, debatemos a sexualidade, enfrentamos com respeito as visões religiosas, distribuimos medicamentos... Ou seja, o Brasil fez um movimento inverso do que faz com as drogas. A pessoa que precisa de tratamento por causa do abuso de drogas, se for de uma situação mais vulnerável, terá muita dificuldade. Porque vai temer se apresentar ao serviço e ser identificada como criminosa. Porque os profissionais de saúde e toda a sociedade têm preconceito e não sabem acolher. Mesmo quando o serviço está disponível, as pessoas não vêm, ainda que com a garantia de sigilo. E por isso mesmo uma alternativa são as clínicas de rua, que chegam onde as pessoas estão. Essa forma repressiva, judicializada e criminalizada é e sempre será contraproducente para quem precisa.

Como vê iniciativas como a do Projeto de Lei 7663/2010, prevendo a criação de um cadastro de usuários de drogas, a internação involuntária de dependentes e o aumento da pena para traficantes?

O projeto, em sua formulação original, é um acinte e sua aprovação seria, sim, um retrocesso imenso. O texto é uma agressão a uma série de princípios muito caros para nós, defensores do SUS. Reforça a ideia de criminalização, ao aumentar a pena do pequeno traficante de cinco para oito anos de cadeia. Cria um absurdo cadastro de usuários, que determina que escolas fichem alunos usuários ou sob suspeita de uso de alguma droga. Institui um sistema paralelo (não ligado ao SUS ou ao Suas), com financiamento próprio, para atendimento. Tem como primeira linha de cuidado a internação



compulsória e não voluntária de usuários. Ou seja, em todos os sentidos, é uma grande aberração, fere o que conseguimos construir nesse tempo. Nós, do Conselho Deliberativo da Fiocruz, por unanimidade, divulgamos um manifesto solicitando a retirada de pauta do projeto, para haver no mínimo um debate sério, com a discussão de todos os contraditórios pela sociedade. É inimaginável que o Congresso Nacional, por descuido ou por uma lógica incompreensível a qualquer pessoa de bom senso, tenha dado caráter de urgência à aprovação de um projeto desse porte, com tamanha repercussão, algumas delas extremamente negativas e que agridem a Constituição. Houve também manifestações de dentro do governo: o Ministério da Saúde, em nota técnica, mostrou todas as deficiências do texto e se colocou claramente contrário à sua aprovação; a Secretaria-Geral da Presidência da República se posicionou no mesmo sentido. E organizações como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme) se colocaram veementemente contra a aprovação desse projeto.

Percebe-se uma tendência na sociedade de defesa da internação compulsória, especialmente para os usuários de crack. Como avalia isso?

Uma coisa é clara: a internação compulsória nunca pode ser a primeira linha de atuação no cuidado de usuários de drogas. Porque tem questões sérias em relação ao campo dos direitos humanos, porque se mostra ineficiente, porque fere toda a tradição do campo da saúde mental brasileira. Há na psiquiatria situações em que, existindo risco de vida para o usuário de drogas ou, no caso de transtornos mentais, de surto psicótico que possa gerar risco à integridade da pessoa ou de outros, é totalmente lícito e necessário se internar compulsoriamente. Mas isso só deve acontecer a partir de avaliações muito cuidadosas do campo da saúde, para proteger uma pessoa na internação voluntária e a sociedade. A internação compulsória nunca pode ser vista como eixo, prioridade, aquilo que vai dar o tom do cuidado. Ou será um desastre.

Como o senhor vê as operações contra o crack no entorno da Fiocruz, com forte abordagem policial e sem a participação da Saúde?

As cenas de crack são terríveis. E, muitas vezes, essas ações ganham apoio porque parecem fazer uma espécie de *higienização* — usando um termo bem duro — do território. O problema aparentemente desaparece, mas sabemos que há dispersão em um local e reagrupamento em outro, porque, com todo o esforço que vem sendo feito, os dependentes do crack não têm ainda uma atenção continuada até a reinserção social. Hoje não temos clareza de quais são os melhores protocolos para se enfrentar o crack. É uma questão em aberto. Se a política for centrada nesse tipo de ação policial, está fadada ao fracasso. O debate está aberto e deve ser aprofundado com muito cuidado, para não virar uma pirotecnia.


Qual deve ser o papel da Fiocruz na política de drogas?

A Fiocruz definiu, no Conselho Deliberativo, a configuração de um programa institucional sobre drogas, que está sendo estruturado. A Fiocruz já tem vários projetos e atuações nesse campo. Por exemplo, concluiu recentemente a Pesquisa Nacional sobre Crack, realizada pelo pesquisador Francisco Inácio Bastos [LIS/Icict/Fiocruz]. Pelo nosso lugar de interface entre saúde, ciência e tecnologia, temos de oferecer de maneira organizada a reunião de competências, estudos e evidências, para ajudar na conformação de políticas. Nossa missão é a saúde e o problema das drogas é hoje central do ponto de vista da saúde pública — não apenas as drogas ilícitas, mas também a dependência do álcool e do tabaco.

O Documento da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia fala da necessidade de não tratar o tema das drogas como um tabu. Qual é o papel da comunicação nesse sentido?

A comunicação tem papel fundamental, porque estamos tratando de percepções sociais, que precisam ser construídas a partir de boas informações, de abertura para o diálogo franco, utilizando as evidências científicas... É preciso superar o tabu existente. Enquanto houver tabu, não haverá a possibilidade de se enfrentar esse problema, pois vamos lidar com os imaginários, os fantasmas, a desinformação. Se você diz que o usuário de droga é criminoso, a sociedade acaba reagindo pelo lado da exclusão, da paranoia. Se não houver a consciência geral da sociedade, não haverá resultados significativos. Por isso, temos que discutir com todos, não apenas com os usuários.

Com ameaças de retrocesso em vista, é possível montar o quebra-cabeça e chegar a uma política de drogas avançada no Brasil?

Apesar das ameaças de retrocesso imediatas, tenho uma visão otimista, porque acredito no processo de mobilização social, na força de evidências... Você pode viver muito tempo em situações de obscuridade, com políticas incorretas, de exclusão, mas acredito na possibilidade de reverter isso, mexer com a percepção social, com a cultura, os valores, os tabus. A ambiência internacional ajuda a colocar essa questão de forma mais aberta no Brasil. Vemos experiências exitosas em vários países e a ONU se deslocando da visão repressiva para a visão da saúde, então, não dá para imaginar que o Brasil, que caminha em um processo de ampliação de cidadania, de redução da exclusão social e de modernização das estruturas democráticas, não enfrente esse problema de maneira positiva. Sem isso, estaríamos condenados a permanecer na obscuridade. Hoje, contamos com apoio de parte da estrutura policial, do Judiciário e de comunidades religiosas (católicas, evangélicas e outras). Não é como se houvesse, de um lado, um setor libertário, minoritário e ideológico fazendo um discurso político e, de outro lado, setores considerados conservadores contrários a esse processo. É um momento muito mais diversificado, e é aí que reside a capacidade de sucesso. 

“Pelo seu lugar de interface entre saúde, ciência e tecnologia, a Fiocruz tem de oferecer estudos e evidências, para a conformação de políticas”



EVENTOS

4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente

A geração e o tratamento de resíduos sólidos são questões centrais de debate na conferência, que terá como lema *Vamos cuidar do Brasil*. Organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, a 4ª CNMA estará organizada em torno de quatro eixos temáticos — produção e consumo sustentáveis; redução dos impactos ambientais; geração de emprego e renda; e educação ambiental — e terá como objetivo contribuir para a implementação da Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A meta é qualificar poder público, setor privado, organizações da sociedade civil, cooperativas de catadores e cidadãos em geral para assumir responsabilidades com a construção de uma sociedade sustentável, reduzir a geração de resíduos sólidos e reconhecê-los como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania.

Data 24 a 27 de outubro de 2013

Local Brasília, DF

Informações cnma@mma.gov.br (61) 2028-1372

www.conferenciameioambiente.gov.br
cnma@mma.gov.br

4º Ciclo de Debates do Sistema de Gestão Tecnológica (Gestec-NIT)

O ciclo prevê a discussão de temas relacionados a Inovação em Saúde, em palestras, seguidas de debates, que começaram em abril e se realizam uma vez por mês, até 27 de novembro, no Auditório do Museu da Vida da Fiocruz, no Rio de Janeiro. Estão na pauta: *Empreendedorismo científico: transformação de pesquisas em produtos para o setor saúde* (12/6); *Química fina e da biotecnologia* (3/7); *A nova visão do CNPq sobre patente como indicador de produtividade* (7/8); *Pesquisa clínica: questões éticas e estratégicas para o desenvolvimento do país* (4/9); *Parceria para o desenvolvimento produtivo em saúde* (2/10) e *Perspectivas de incentivo à inovação na Fiocruz* (27/11). O evento é gratuito, aberto ao grande público, e está sendo transmitido via Rede Fiocruz.

Datas 12/6, 3/7, 7/8, 4/9, 2/10 e 27/11

Local Museu da Vida, Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ

Informações e inscrições
www.fiocruz.br/vppis/gestec

Festival do Minuto

Estão abertas, até 30 de agosto, as inscrições para participação no festival, que irá premiar vídeos de até 60 segundos sobre o tema Ciência. Podem ser inscritos vídeos em todas as áreas do conhecimento e em qualquer formato: de animações a registros com câmeras digitais, celulares ou iPads. Os autores dos melhores trabalhos receberão prêmios de até R\$ 10 mil. O vencedor, que será escolhido por voto popular, receberá, ainda, um troféu. A proposta “é dar espaço a trabalhos que retratem diferentes visões do que é ciência, ajudando a modificar a forma estereotipada com que muitos ainda a veem”, informa o site do concurso.

Data Até 30 de agosto

Informações e inscrições

www.festivaldominuto.com.br
contato@festivaldominuto.com.br

PERIÓDICOS

Convivência com o outro

A 66ª edição da revista **Comunicações**, do Instituto de Estudos da Religião (Iser), tem como título *As máscaras de guerra da intolerância*. A ideia é repensar a convivência com o outro em diversos contextos. Os autores buscam esboçar o arco sinistro de possibilidades da intolerância cujas arenas são delimitadas por *critérios* religiosos, ideológicos, sexistas, etários e étnicos, entre outras fontes de estereótipos que (des)orientam as práticas (anti)sociais. Para isso, abordam preconceito e discriminação contra ciganos, negros, idosos, mulheres, entre outros públicos, indagando o que há de comum entre segmentos sociais tão diversos.

**Educação e Direitos Humanos**

A **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos (RIDH)**, do Observatório de Educação em Direitos Humanos da Unesp (OEDH), recebe, até 10 de outubro, propostas de trabalhos para seu segundo número. De periodicidade semestral e formato eletrônico, a **RIDH** aceita textos inéditos com o tema geral dos direitos humanos, nos idiomas português e espanhol. Os trabalhos podem ter formato de artigos, ensaios e

resenhas de livros, em qualquer área do conhecimento científico e acadêmico.

Data Até 10 de outubro

Informações (14) 3103-6172

www.unesp.br/porta1#1/observatorio_ses
clocar@faac.unesp.br

LIVROS

Protagonismo feminino

Os relatos de 20 mulheres negras de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraíba, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro, Amapá, Ceará, Paraná e Goiás) estão reunidos no livro **Mulheres negras na primeira pessoa**, organizado por Jurema Werneck, Nilza Iraci e Simone Cruz. Lançado pela Articulação de Organizações de Mulheres Brasileiras (AMNB), em versão digital, por conta das comemorações dos 64 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a obra traz depoimentos que simbolizam a luta das mulheres negras no Brasil. Disponível em: www.amnb.org.br/admin/biblioteca/Mulheres%20Negras%20na%20primeira%20Pessoa%20site.pdf

**Mobilização e luta**

Prisão em Lajeado Pepino – uma ação social contra a barragem de Machadinho, do antropólogo Aurélio Vianna Junior (Casa 8), relata o processo de luta contra a barragem, a partir do episódio da prisão de um funcionário da obra pelos moradores da comunidade de origem polonesa de Lajeado Pepino, em Paim Filho (RS), em 20 de julho de 1987. O autor destaca o contexto em que ocorreu a luta, com resquícios da ditadura militar e forte repressão aos movimentos sociais. Os atingidos conseguiram mudar o eixo da barragem, impedindo que fossem alagadas as comunidades que participaram da mobilização. A pesquisa, que se tornou projeto de doutorado de Aurélio, destaca também o papel dos indivíduos no processo, em especial dos jovens e das mulheres.



ENDEREÇOS

Iser
(21) 2555-3782
www.iser.org.br e iser@iser.org.br

AMNB
www.amnb.org.br

Casa 8
(21) 2511-5499
ernandesfernandes8@gmail.com



Enxugando gelo na Saúde

Vera Luiza da Costa e Silva *

Uma portaria federal assinada no último dia 8 de abril liberou R\$ 12 milhões para que até trinta mil unidades de saúde disponibilizem tratamento ao fumante oferecendo aconselhamento breve, abordagem comportamental, terapias de reposição da nicotina, antidepressivos e também treinamento.

Medidas de cessação são parte integral de um programa de controle do tabagismo bem delineado e prioridade para o Brasil no cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS. Aumentar a cobertura do tratamento é essencial, bem como estimular e treinar profissionais de saúde para desempenharem seu papel, rastreado o uso do tabaco e apoiando o processo de deixá-lo.

No entanto, alguns pontos da portaria preocupam. Primeiro, o risco de que os recursos liberados sejam usados predominantemente para a compra de medicamentos dada a tendência medicalizante do SUS e a pouca familiaridade dos profissionais de saúde na abordagem do fumante. Segundo, a baixa relação custo-efetividade do tratamento. Estudo de Chapman e colaboradores sugere que a medicalização na abordagem do fumante é estimulada pela indústria farmacêutica e que a maior parte das pessoas para de fumar sem assistência, fruto de campanhas de informação.


Sugerimos que estes recursos sejam também investidos em ações de cessação, prevendo também: refinar e ampliar o Disque Saúde-Pare de Fumar; oferecer cursos de ensino à distância aos profissionais de saúde interessados; promover campanhas de informação à população, incluindo cartões com dicas para deixar de fumar dentro dos maços de cigarros; e determinar que planos de saúde suplementar

tomem medidas de promoção da saúde.

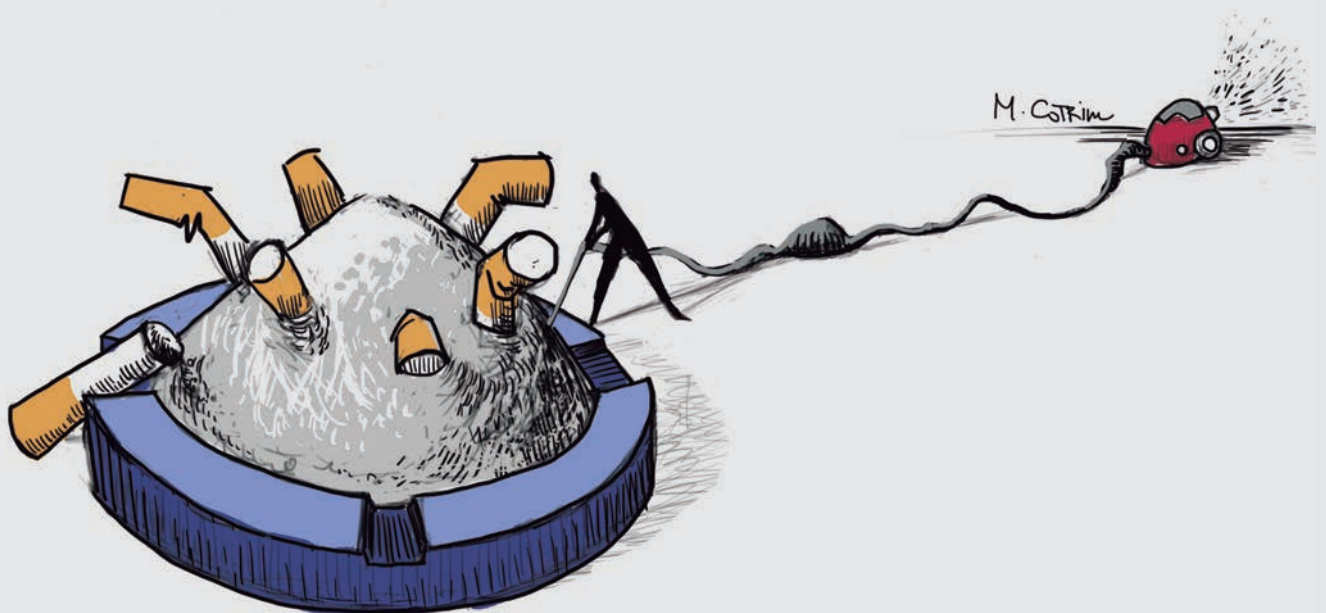
Se uma política mais ampla de apoio ao tabagista não for priorizada, grande parte dos recursos liberados será usada em distribuição de remédios, levando a uma medicalização onerosa e ineficiente.

Ainda assim, mesmo bem feitos, os programas de cessação não têm o mesmo impacto de outras políticas de redução do consumo do tabaco. A proibição de fumar em locais fechados, por exemplo, tem um custo mais baixo e impacto mais alto sobre o consumo quando comparada a programas de tratamento do fumante.

Isto nos leva a concluir que programas de cessação, mesmo que integrais, devem fazer parte de uma série de medidas mais amplas a serem adotadas pelo governo. Como a prioridade absoluta da regulamentação da Lei 12.546/2011, que proíbe fumar em locais fechados e bane a publicidade nos pontos de venda, há mais de um ano sem solução. Como a necessidade de que parlamentares e juizes não permitam que a pressão escandalosa da indústria fumageira no Congresso e no Judiciário anule a proibição de aditivos e sabores no fumo de cigarros, narguilés e outros e, pior, contestem o poder da Anvisa de regular produtos do tabaco, compromisso do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis 2011-2022, defendido pela presidente Dilma na ONU.

A distribuição de remédios e a lei ainda não regulada favorecem o consumo de tabaco e sugerem uma lógica de enxugar gelo, que no final agrada à indústria farmacêutica e libera a fumageira. 

* Médica e coordenadora do Centro de Estudos Sobre o Tabaco e Saúde da Ensp/foacruz. Artigo publicado em O Globo, em 21/4/2013



RADIS no facebook®

EM DEFESA DA SAÚDE E DA
CIDADANIA NAS REDES SOCIAIS



CURTA A PÁGINA DO PROGRAMA RADIS
www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude

